

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL LIQUEFEITO**

entre

**NFE POWER DISTRIBUIDORA
DE GAS NATURAL LTDA**

e

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

datado de 30 de julho de 2021

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL LIQUEFEITO QUE
ENTRE SI CELEBRAM NFE POWER
DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL
LTDA. E COMPANHIA DE GÁS DO
PARÁ**

NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 501, Leblon, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.797.102/0001-03, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente “NFE”;

e

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício Quadra Corporate, Bairro Umarizal, CEP 66.055-005, Cidade de Belém e Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.454.441/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “GdP”,

a seguir também denominadas PARTE ou PARTES, quando referidas individualmente ou em conjunto

CONSIDERANDO QUE:

- A) a NFE é uma empresa devidamente autorizada para comercializar GNL conforme Autorizações nº 548/2019 e nº 198/2021 expedidas pela ANP;
- B) a GdP é concessionária de distribuição de gás canalizado, com exclusividade, no Estado do Pará, em conformidade com o §2º do Art. 25 da Constituição da República Federativa do Brasil, com a Lei Estadual do Pará nº 6.878, de 29 de junho de 2006, e nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Estado do Pará, em 05 de dezembro de 2006;
- C) a GdP deseja adquirir GNL da NFE;

as PARTES têm justo e acordado celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito (“CONTRATO”), mediante os seguintes termos e condições que mutuamente aceitam e pelos quais se obrigam:

CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES PRELIMINARES

1.1 As PARTES concordam em dar as seguintes definições aos termos abaixo especificados e utilizados neste CONTRATO:

AFILIADA: significa qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com outra pessoa, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

ANO CONTRATUAL: corresponde a cada período de 12 (doze) meses ao longo de toda a vigência do CONTRATO,

(a) que se iniciará à 0h (zero hora), horário de Brasília, do DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO ou de seu aniversário (nos demais ANOS);

(b) e terminará às 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da véspera do DIA correspondente ao de início do ANO subsequente ou, para o último ANO, às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA de vigência deste CONTRATO. “ANUALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pela Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: significam toda e qualquer licença, ambiental ou outra, permissão, concessão e demais autorizações ou determinações emitidas ou expedidas por órgão, agência, entidade ou outra pessoa jurídica que tenha competência legal ou regulamentar sobre qualquer das PARTES ou o objeto deste CONTRATO.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: significa qualquer órgão do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, agência, entidade ou pessoa jurídica de direito público ou qualquer divisão política do Brasil, incluindo os seus funcionários, empregados, prepostos ou representantes, que tenha competência para impor normas ou regras para qualquer das PARTES ou relativas às operações previstas neste CONTRATO.

CALORIA: é a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g. (um grama) de água pura desde 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 1,013 bar (um vírgula zero treze bar).

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e respectivo Parágrafo único do Código Civil Brasileiro, e observadas as condições e situações previstas na Cláusula 20ª deste CONTRATO.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO: São aquelas definidas na Cláusula 3ª e no ANEXO B.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: são as condições nas quais o volume do GNL fornecido pela NFE é referido para efeito de sua medição para faturamento, quais sejam:

- a) Pressão absoluta: 1,033 kgf/cm² (um vírgula zero trinta e três quilogramas-força por centímetro quadrado);
- b) Temperatura: 20°C (vinte graus Celsius);
- c) PODER CALORÍFICO SUPERIOR: 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por metro cúbico).

CONSUMO HORÁRIO NOMINAL MÁXIMO: é a vazão horária nominal de consumo para cada LOCAL DE ENTREGA e/ou USUÁRIO no âmbito deste CONTRATO, conforme indicado no respectivo ANEXO C.

CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (CMT): é o volume mínimo de compra de GNL pela GdP em cada TRIMESTRE CONTRATUAL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e calculado segundo Cláusula 13ª deste CONTRATO.

CONTRATO: significa este contrato de compra e venda de GÁS NATURAL LIQUEFEITO, seus anexos, assim como aditivos e modificações acordados e assinados pelas PARTES.

CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: significa o contrato acordado entre a NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA e a GdP na presente data, cujo conteúdo encontra-se no ANEXO F, para a cessão em regime de LOCAÇÃO, pela NFE à GdP, dos equipamentos e sua respectiva instalação, para armazenagem e regaseificação de GNL, que compõem a REGÁS, bem como a prestação de serviços de assistência técnica preventiva e corretiva, de forma programada, na REGÁS.

DATA-BASE: significa a data utilizada como ponto de partida e/ou referência para a aplicação de reajustes contratuais pactuados.

DIA: significa o período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas que se inicia à 00:00h (zero hora) e termina às 24:00h. (vinte e quatro horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar nas cidades de Belém, estado do Pará; Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; e São Paulo, estado de São Paulo.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título, bem como qualquer outro documento, emitido por uma PARTE para cobrança de valor que lhe deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

EMED: Significa a Estação de Medição de Gás Natural a ser instalada pela GdP a jusante da UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO (REGÁS).

EQUIPAMENTOS: significam todos os equipamentos necessários para cumprir as obrigações da NFE sob este CONTRATO, incluindo qualquer equipamento de recebimento de GNL, que será de propriedade da NFE e localizado nas INSTALAÇÕES DA GdP, próximo a elas ou necessário para a entrega do GNL, conforme descritos no CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO; tem o significado que lhe é atribuído no item 11.5.

FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela falta de disponibilidade de GNL, no LIMITE DE BATERIA, segundo a QDS, ou de fornecimento fora das especificações e/ou CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- i) ser o fato motivado por CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- ii) ter a GdP dado causa a tal ocorrência;
- iii) em situações de PARADAS PROGRAMADAS;
- iv) aceitação pela GdP de quaisquer volumes de GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, nos termos da Cláusula 4.3.

FORNECIMENTO COMERCIAL: considerar-se-á como FORNECIMENTO COMERCIAL o DIA seguinte ao último DIA do PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES de cada LOCAL DE ENTREGA, devendo as PARTES, em qualquer hipótese, firmar termo que ateste o INÍCIO DE FORNECIMENTO COMERCIAL.

GARANTIA DA GDP: tem o significado atribuído pelo item 7.9.

GÁS NATURAL OU GÁS: o gás natural objeto do presente CONTRATO, que consiste na mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE, Quando não grafados em maiúsculas, os termos “gás” e “gás natural” referem-se à generalidade do produto, não se relacionando necessariamente a este CONTRATO.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL): é o gás natural liquefeito em escala comercial por processo de refrigeração, com redução do seu volume original em cerca de 600 (seiscentas) vezes, podendo ser transportado por carretas criogênicas a -162°C (cento

e sessenta e dois graus Celsius negativos), necessitando ser regaseificado e odorizado em equipamentos apropriados para permitir o seu consumo pela GdP e seus USUÁRIOS.

GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO: significa o GNL que não atende à qualidade prevista no item 4.2.

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: tem o significado atribuído na Cláusula 19ª.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: será a data na qual o primeiro LOCAL DE ENTREGA entre em operação e os respectivos EQUIPAMENTOS da NFE sejam capazes de entregar GNL e as INSTALAÇÕES DO COMPRADOR sejam capazes de receber e utilizar GNL como combustível.

INSTALAÇÕES DA GdP: significam as instalações da GdP cujas localizações serão listadas no ANEXO A, o qual será aditado de tempos em tempos de comum acordo entre as PARTES.

LIMITE DE BATERIA: é o local no qual se verifica a transferência de responsabilidade pelo GNL da NFE para a GdP. Fica definido como LIMITE DE BATERIA a flange imediatamente após a válvula de saída do UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO (REGÁS) para a rede de distribuição da GdP.

LEI: para os fins deste CONTRATO significa qualquer ato normativo, como lei, código, decreto, regulamento, resolução, portaria ou resolução.

LOCAL DE ENTREGA: locais listados no ANEXO A, conforme venha a ser aditado de tempos em tempos de comum acordo entre as PARTES, onde será efetuada a entrega do GNL da NFE para a GdP.

MEDIÇÃO POR LEITURA DE NÍVEL: é o volume, em metros cúbicos (m³), de GNL, medidos pela diferença de nível do tanque, entre o início e o término do enchimento do tanque, menos o consumo, e convertidos para volume (em metros cúbicos) de GÁS, expresso nas condições de pressão e temperatura estabelecidas nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

MES: significa, para o primeiro MÊS, um período que se inicia no DIA de INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 24:00 h do último DIA do MÊS calendário em que tenha ocorrido essa data e, nos demais meses, significa o período que se inicia a 0:00 h do primeiro DIA de um MÊS calendário e termina às 24:00 h do último DIA deste mesmo MÊS. “MENSALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

MUDANÇA DE LEI: tem o significado atribuído pelo item 18.9.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, realizada de acordo com os termos da Cláusula 21.9.

PARADA PROGRAMADA: é a situação que demanda a interrupção transitória no fornecimento e recebimento de GNL, para fins de manutenção ou reparo em equipamentos da GdP ou de seus USUÁRIOS, como também paralisações planejadas pelos USUÁRIOS, observadas as disposições da Cláusula 11.

PERÍODO DE COMISSONAMENTO E TESTES - significa o período definido no item 3.4, observado, se for o caso, o item 3.4.1.4., sendo que, neste período, o volume não será contabilizado na apuração do CMT e a NFE estará obrigada a fornecer o GNL, observadas as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA para a medição do GNL entregue e a qualidade do GNL, prevista na Cláusula 4ª.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o prazo de 10 (dez) anos contados do INÍCIO DO FORNECIMENTO.

PERITO: significa o perito técnico, escolhido pela PARTES de comum acordo, reconhecidamente apto por formação técnica, experiência e treinamento para opinar a respeito de questão de natureza técnica, objeto de controvérsia ou não.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): é a quantidade de calor produzida pela combustão, à pressão constante de 1 atm (uma atmosfera) e à temperatura constante de 20°C (vinte graus Celsius), de 1 (um) metro cúbico de GÁS, com condensação do vapor de água de combustão. A sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por metro cúbico de GÁS).

PONTO DE ENTREGA: significa o local no LOCAL DE ENTREGA onde ocorre a transferência de propriedade do GNL, imediatamente após o flange de conexão entre as carretas e a UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO (REGÁS),

QUANTIDADE CORRIGIDA DE GNL: é o volume de GNL entregue pela NFE a GdP, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, apurado na EMED, volume este que será utilizado para fins de faturamento.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, que tenha sido retirada pela GdP NO LIMITE DE BATERIA em determinado DIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): é o volume de GNL correspondente ao período de 1 (um) DIA, contratado para fornecimento no LOCAL DE ENTREGA, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): é o volume de GNL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, definido pela GdP como o correspondente à sua previsão diária de retirada, e limitado à QDC.

QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC): é a quantidade de GNL contratada para fornecimento nos termos deste CONTRATO para cada DIA de entrega do respectivo MÊS, no LIMITE DE BATERIA, expressa nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, correspondente ao período de 30 (trinta) DIAS.

QUANTIDADE MENSAL SOLICITADA (QMS): é o volume de GNL, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, definidas pela GdP como o correspondente à sua previsão mensal de retirada, para fornecimento nos termos deste CONTRATO pela NFE, para cada DIA de entrega do respectivo MÊS e limitado à QMC.

QUANTIDADE NÃO-RETIRADA (QNR) – significa, em determinado TRIMESTRE de fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DE GÁS que a GdP tenha retirado a menor que a CMT.

QUANTIDADE PAGA E NÃO-RETIRADA (QPNR): significa o saldo acumulado de QUANTIDADE DE GÁS pela GdP perante a NFE, em decorrência de pagamentos a esta última efetuados das QUANTIDADES NÃO-RETIRADAS (QNR), podendo ser recuperada pela GdP, no prazo e nas condições previstos neste CONTRATO.

QUANTIDADE TOTAL CONTRATADA (QTC): é compromisso de compra, pela GdP, do volume de GNL para fornecimento nos termos deste CONTRATO, expresso nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, para cumprimento das condições deste CONTRATO.

QUILOCALORIA (kcal): significa 1.000 (mil) CALORIAS.

REPRESENTANTES: significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, administradores, empregados, prepostos a qualquer título, consultores, pessoal e terceiros, atuando a serviço da referida PARTE ou de suas AFILIADAS.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, situados na EMED.

TRIMESTRE CONTRATUAL: cada período de 3 (três) meses ao longo de toda a vigência do CONTRATO,

(a) que se iniciará à 0h (zero hora), horário de Brasília, do DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO ou a cada 3 (três) meses contados da referida data (nos demais TRIMESTRES);

(b) e terminará às 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, da véspera do DIA correspondente ao de início do quarto mês subsequente ou, para o último TRIMESTRE, às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA de vigência deste CONTRATO. “TRIMESTRALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO ou REGÁS: é o conjunto de equipamentos necessários para a recepção do produto entregue, onde o GNL é armazenado e que passa o GNL do estado líquido para o estado gasoso, composto de Tanque Criogênico e Unidade de Regaseificação.

USUÁRIOS: são os Clientes da GdP aos quais ela distribui o GÁS.

CLÁUSULA 2ª – OBJETO

2.1. Constitui objeto deste CONTRATO a venda do GNL, pela NFE para a GdP, e entrega em cada LOCAL DE ENTREGA, definido no ANEXO A, assim como a compra e recebimento do GNL, pela GdP, nas condições e termos ajustados neste instrumento.

2.2 Integram este CONTRATO os seguintes Anexos:

ANEXO A – LOCAIS DE ENTREGA DO GNL

ANEXO B – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE NOVO LOCAL DE ENTREGA/AUMENTO QDC e QMC

ANEXO D – REGRAS DE MEDIÇÃO E APURAÇÃO

ANEXO E – PLOG – PREÇO DE LOGÍSTICA

ANEXO F – CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS

2.2.1 Na hipótese de conflito entre quaisquer disposições dos anexos relacionados no item 2.2, acima, com o presente CONTRATO, prevalecerão as regras estabelecidas neste último.

CLÁUSULA 3ª – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

3.1. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

3.1.1 O GNL será fornecido pela NFE à GdP no LIMITE DE BATERIA, atendendo aos aspectos de qualidade estabelecidos no ANEXO B.

3.1.2 As PARTES desde já acordam que o fornecimento de GNL objeto deste CONTRATO será realizado com base nas CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO, constantes do ANEXO B, observados sempre os termos e condições deste CONTRATO.

3.1.3 Em situações especiais, as PARTES poderão definir, por acordo mútuo, pressões de controle diferentes das indicadas.

3.2. ESCALONAMENTO DA QDC E QMC E OPERACIONALIZAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA:

3.2.1 Em até 180 (cento e oitenta) DIAS antes de um determinado LOCAL DE ENTREGA e as respectivas INSTALAÇÕES DA GDP, conforme definidas no CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, encontrarem-se aptos a receber GNL e utilizar GÁS, a GdP deverá enviar à NFE (i) NOTIFICAÇÃO informando tal evento, e (ii) cópia do ANEXO C devidamente preenchido com as informações nele solicitadas.

3.2.1.1 A NFE deverá responder à NOTIFICAÇÃO objeto do item 3.2.1 em até 10 (dez) DIAS contados de seu recebimento, confirmando se está de acordo, com (i) as INSTALAÇÕES DA GDP em questão estarem aptas a receber os EQUIPAMENTOS, e (ii) as condições indicadas no ANEXO C preenchido, e se consegue atender às solicitações nele constantes.

3.2.1.2 As PARTES desde já acordam que, eventualmente será expandida a base de USUÁRIOS que demandem GNL, razão pela qual a GdP poderá vir a solicitar aumentos da quantidade de GNL entregues em um LOCAL DE ENTREGA e, conseqüentemente, da QDC e QMC. Nesse caso, as PARTES deverão seguir o processo dos itens 3.2.1 e 3.2.1.1, observadas as respectivas peculiaridades, enviando apenas um novo ANEXO C preenchido e apontando o acréscimo ao volume da QDC e QMC.

3.3. INÍCIO DO FORNECIMENTO:

3.3.1 O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá quando do início das operações do primeiro LOCAL DE ENTREGA informado nos termos do item 3.2 acima.

3.4 COMISSIONAMENTO E TESTES DO LOCAL DE ENTREGA

3.4.1 Após a implantação de cada LOCAL DE ENTREGA, nos termos do item 3.2 e subitens acima, serão realizados procedimentos de comissionamento e testes dos equipamentos instalados e do REGAS, (“PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES”).

3.4.1.1 O PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES terá a duração de no máximo 15 (quinze) DIAS.

3.4.1.2 Durante o período de 180 (cento e oitenta) DIAS indicado no item 3.2.1 acima, as PARTES deverão definir o DIA do início de PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES para cada LOCAL DE ENTREGA, o qual deverá ocorrer até 15 (quinze) DIAS antes do fim do referido prazo de 180 (cento e oitenta) DIAS.

3.4.1.3 Uma vez decorrido o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES e não havendo restrições técnicas, terá início o FORNECIMENTO COMERCIAL referente ao LOCAL DE ENTREGA.

3.4.1.4 Uma vez decorrido o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES, se, por razões de ordem técnica devidamente motivadas, o LOCAL DE ENTREGA não estiver apto a iniciar o FORNECIMENTO COMERCIAL, o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES será prorrogado, uma única vez, por até 10 (dez) DIAS, para realização dos ajustes e o efetivo início do FORNECIMENTO COMERCIAL. Ao término de tal período será considerado como iniciado o FORNECIMENTO COMERCIAL, independentemente de qualquer manifestação de vontade ou confirmação das PARTES.

CLÁUSULA 4ª - QUALIDADE DO GNL

4.1. O GNL deverá ser disponibilizado pela NFE para a GdP no LIMITE DE BATERIA nas CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO.

4.2. O GNL a ser fornecido pela NFE à GdP deverá ter as características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações vigentes, conforme Resolução da ANP nº 16 de 17.06.2008, publicada no DOU de 18.06.2008.

4.3. Caso a NFE tome conhecimento da possibilidade de que o GNL será total ou parcialmente entregue fora das especificações estabelecidas nesta cláusula ("GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO"), a NFE deverá notificar e informar à GdP, em até 3 (três) DIAS ÚTEIS, contados da data em que tomar conhecimento sobre tal fato, sobre quaisquer componentes fora de especificação de acordo com as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA do item 4.2 acima, variações de qualidade e o período durante o qual o GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO não estará em conformidade com as normas acordadas.

4.4. A GdP deverá responder à NOTIFICAÇÃO acima enviada pela NFE em até 5 (cinco) DIAS ÚTEIS contados de seu recebimento, informando se aceitará os volumes de GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não.

4.5 Caso a GdP aceite o GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, ele será cobrado pelo PGNL e estará sujeito a outras disposições deste CONTRATO. Caso a GdP não aceite o GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, a GdP fará jus ao pagamento previsto na Cláusula 7ª abaixo. Não obstante o aqui disposto, a falha da GdP em responder tempestivamente à NOTIFICAÇÃO da NFE objeto do item 4.3 acima será considerada, para todos os fins deste CONTRATO, como aceitação dos volumes de GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª - VIGÊNCIA

5.1. O presente CONTRATO vincula as PARTES desde a data da sua assinatura e terá vigência de 10 (dez) anos, contados a partir da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO, sendo renovável mediante aditivo assinado pelas PARTES em até 90 (noventa) DIAS antes de expirado o prazo objeto deste item.

CLÁUSULA 6ª - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GdP:

6.1. A GdP terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

6.1.1. Disponibilizar área para instalação da UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO (REGÁS) no LOCAL DE ENTREGA, nos termos do ANEXO F, permitindo o acesso da NFE à mesma para entrega do GNL.

6.1.2 Permitir a entrega do GNL em qualquer horário, do dia ou da noite, dentro da programação automática feita pela NFE, ciente de que qualquer restrição de entrega / recebimento, incluindo aquelas relativas a horário e volume, dependerá da disponibilidade da NFE, a exclusivo critério da NFE. Para tanto, a NFE enviará semanalmente, todas as segundas-feiras, a programação de chegada de carretas/ISO containers, para a semana seguinte.

6.1.3 Facilitar o livre acesso aos equipamentos e materiais destinados às instalações da NFE, situadas nas áreas de posse e/ou propriedade da GdP, do pessoal da NFE e/ou de seus contratados, devidamente credenciados por escrito.

6.1.4 Enviar programação mensal de retirada à NFE, nos termos da Cláusula 11ª abaixo.

6.1.5 Obter todas as AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias, no nível estadual, municipal e federal, para o cumprimento das suas obrigações sob este CONTRATO, inclusive aquelas necessárias para o recebimento e utilização do GNL e instalação e operação da unidade de REGÁS, tais como:

- b) Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente; referente as suas instalações mencionadas no item 6.1.1.
- c) Licença Municipal com Alvará de Operação; referente as suas instalações mencionadas no item 6.1.1.
- d) Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); referente as suas instalações mencionadas no item 6.1.1.

6.1.6 Como condição prévia ao INÍCIO DE FORNECIMENTO, a GdP deverá fornecer à NFE a GARANTIA DA GDP.

6.1.7 Sem prejuízo das obrigações das Cláusulas 11ª e 13ª, informar antecipadamente, e o quanto antes for de seu conhecimento, sobre alterações na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA que possa alterar a programação da chegada de carretas, com o objetivo de minimizar tráfego desnecessário de GNL.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA NFE:

6.2 A NFE terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

6.2.1 Obter todas as AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias ao suprimento de GNL, tais como:

- a) Autorização de Comercialização de Gás / GNL (Resolução 52/2011 da ANP);
- b) Autorização para distribuição do GNL a granel (Portaria 118/2000 da ANP);
- c) Cadastro de Transportador de Produtos Perigosos (Resoluções 3848/2019 e 5232/2016 da ANTT).

6.2.2 Instalar a UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO (REGÁS) no LOCAL DE ENTREGA indicado pela GdP, definido no ANEXO A deste CONTRATO.

6.2.3 Entregar o GNL de forma ininterrupta, respeitada a programação prevista na QMC e PARADAS PROGRAMADAS, conforme parâmetros estabelecidos pela Cláusula 11ª.

6.2.4 Efetuar as entregas com base em sistema de telemetria que deverá ser implantado na REGÁS, que permite o devido monitoramento dos níveis dos tanques criogênicos instalados na GdP, exceto quando houver aumento ou redução significativa de GNL consumido, ou ainda, qualquer restrição de acesso à REGÁS.

6.2.5 Ser a única responsável por qualquer dano, incluídos os ambientais, desde que lhes tenha dado causa diretamente, relacionados às instalações de sua propriedade existentes no terreno de posse e/ou propriedade da GdP, inclusive eventuais danos provocados pelo GNL até o LIMITE DE BATERIA.

6.2.6 Manter atualizado o cadastro junto à GdP, indicando os nomes de seus empregados e/ou contratados que terão acesso à REGÁS.

6.2.7 Fornecer todas as informações técnicas referentes aos EQUIPAMENTOS necessárias para o atendimento pela GdP ao disposto no item 6.1.5.

CLÁUSULA 7ª - GARANTIAS.

7.1 A NFE garante a continuidade do abastecimento do GNL, nos termos e condições estipulados neste CONTRATO, limitado a 110% (cento e dez por cento) da QDC.

7.2 Uma vez que tenha conhecimento da ocorrência de quaisquer eventuais FALHAS NO FORNECIMENTO, a NFE deverá enviar NOTIFICAÇÃO imediatamente para a GdP detalhando tais FALHAS NO FORNECIMENTO.

7.3 A NFE garante a continuidade de abastecimento do GNL para a GdP, conforme a QDC, sendo certo que tal garantia não se aplicará no caso de ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- a) CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme a Cláusula 20ª deste CONTRATO;
- b) FALHA NO FORNECIMENTO de GNL, em virtude de impedimentos comprovadamente provocados diretamente pela GdP ou por qualquer de seus REPRESENTANTES;
- c) Suspensão de fornecimento em caso de inadimplência da GdP não sanada no prazo de 30 (trinta) DIAS, contados da NOTIFICAÇÃO enviada pela NFE à GdP informando sobre tal inadimplemento.

7.4 Caso a NFE não entregue GNL ou entregue GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, conforme Cláusula 3ª e ANEXO B, a NFE estará sujeita ao pagamento para a GdP, como indenização aplicável à hipótese, de penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO por não entrega de GNL ou por entrega de GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO, a ser calculada conforme indicado abaixo:

$$\text{PFFD} = 35\% \times \text{NPGNL} \times \text{QD}$$

onde:

PFFD: é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO e/ou por GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO no MÊS em questão;

QD: é a quantidade de GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não entregue de GNL, apurada no DIA em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO, descontado o GNL FORA DE ESPECIFICAÇÃO aceito nos termos da Cláusula 4ª;

NPGNL: é o PM com tributos, vigente no último DIA do MÊS para o CONTRATO no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

7.5 Na hipótese de ocorrência de FALHA NO FORNECIMENTO, os compromissos de CMT previstos neste CONTRATO serão suspensos até o regular reinício do fornecimento.

7.6 A NFE responderá pelas eventuais perdas e danos diretos que comprovadamente causar à GdP em decorrência da de FALHA NO FORNECIMENTO, observado em qualquer hipótese o limite de responsabilidade de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos pela GdP, excluídos em qualquer hipótese danos a USUÁRIOS, danos indiretos e/ou lucros cessantes.

7.6.1 A penalidade e indenização objeto dos itens 7.4 e 7.6 acima, respectivamente, serão os únicos e exclusivos remédios da GdP para qualquer evento de FALHA NO FORNECIMENTO e quaisquer danos diretos dela decorrentes.

7.7 A penalidade estabelecida no item 7.4 e as indenizações previstas no item 7.6 serão pagas pela NFE até 30 (trinta) DIAS após a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA. A GdP reconhece que o pagamento da penalidade objeto do item 7.4 e das indenizações objeto do item 7.6 serão as únicas quantias devidas pela NFE em razão de FALHA NO FORNECIMENTO.

7.8 Em qualquer hipótese, a NFE não será obrigada a pagar a PFFD, nos termos do item 7.4 acima, por mais de 90 (noventa) DIAS em um ANO CONTRATUAL.

7.9 Com o objetivo de assegurar à NFE o recebimento dos pagamentos devidos, a GdP deverá instituir, em seu favor, garantia em uma das seguintes modalidades, a critério exclusivo da GdP: (i) garantia corporativa a ser prestada pela GdP ou qualquer de suas AFILIADAS, com risco de crédito compatível com as obrigações deste CONTRATO, de natureza irrevogável e executável ao primeiro pedido, cujos termos deverão ser aprovados pela NFE, com 30 (trinta) DIAS de antecedência da instituição da referida garantia; ou (ii) fiança bancária ou standby letter of credit (L/C) emitido por instituição financeira local de primeira linha ("GARANTIA DA GDP").

7.9.1 O valor da garantia será o equivalente ao dobro da QMC atualizada do CONTRATO, devendo a GdP atualizar o respectivo valor a cada alteração da QMC com base neste CONTRATO.

7.9.2 Caso a GARANTIA DA GDP adote a forma da alínea "i" do item 7.10 acima, a mesma deverá estar acompanhada de opinião legal emitida por escritório de advocacia habilitado pela LEI de regência da GARANTIA DA GDP, cobrindo questões relacionadas à validade, eficácia, poderes, autorizações, ausência de conflitos, conformidade com a LEI e exequibilidade de tal garantia.

7.9.3 O prazo final para a apresentação da GARANTIA DA GDP será de até 15 (quinze) DIAS antes (i) do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, para cada novo LOCAL DE ENTREGA, e (ii) do aumento da QDC em razão do envio de um ANEXO C nos termos do item 3.2.1.2.

CLÁUSULA 8ª - SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

8.1. Cada PARTE se responsabiliza pela entrega à outra PARTE do seu plano para prevenção e atendimento a situações de emergência e acidentes que possam ocorrer nas operações de GNL, inclusive sobre a REGÁS, no prazo de até 10 DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO, e que possam pôr em risco pessoas ou equipamentos da outra PARTE, bem como se obriga, quando nas dependências da outra PARTE, por si, seus prepostos, empregados e contratados, a acatar e praticar as políticas, normas e procedimentos de segurança e medicina do trabalho, e preservação do Meio Ambiente da outra PARTE.

CLÁUSULA 9ª - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DO GNL

9.1 O GNL será considerado de propriedade da GdP no PONTO DE ENTREGA.

9.2 A NFE entregará o GNL em carretas criogênicas e/ou ISO Containers, no PONTO DE ENTREGA, ficando o GNL adquirido armazenado na REGÁS, conforme ANEXO F, acordando as PARTES que (i) do PONTO DE ENTREGA até o LIMITE DE BATERIA, todos os riscos e responsabilidades, de qualquer natureza, relacionados ao GNL, correrão por conta da NFE, ainda que já tenha sido transferida a sua propriedade para a GdP e (ii) a partir do LIMITE DE BATERIA, todos os riscos do GNL regaseificado e odorizado correrão por conta da GdP.

9.3 A GdP será a única e exclusiva responsável pelo uso e manuseio do GÁS a partir do LIMITE DE BATERIA.

CLÁUSULA 10ª - MEDIÇÕES DOS VOLUMES CONSUMIDOS

10.1 - Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.2 As medições do GÁS entregue à GdP serão efetuadas na EMED da GdP, instalada a jusante do LIMITE DE BATERIA, como a seguir:

- i. a unidade de volume será o metro cúbico de GÁS;
- ii. a pressão atmosférica no LIMITE DE BATERIA será a acordada entre as PARTES, a ser mantida fixa durante a vigência do CONTRATO;
- iii. a determinação do poder calorífico será feita por cálculo, a partir da composição do GÁS determinada por cromatografia, com base na Norma ISO 6976;
- iv. os volumes medidos serão expressos nas CONDIÇÕES-BASE.

10.3 – A GdP será a responsável pela operação, manutenção, calibração e ajustes da EMED, dando acesso à NFE a tais informações, sempre que solicitadas.

10.4 – As regras sobre apuração do volume total de GÁS estão estabelecidas no ANEXO D ao CONTRATO.

CLÁUSULA 11ª - PROGRAMAÇÃO DE RETIRADA DE GNL E PARADAS PROGRAMADAS

11.1 A GdP se obriga a entregar à NFE, no mínimo, 60 (sessenta) DIAS antes do início de qualquer mês, a QMS para os 3 (três) meses subsequentes.

11.1.1 A QMS acima referida explicitará (a) as quantidades diárias de GNL a serem consumidas no primeiro mês, as quais serão vinculantes, e (b) a quantidade de GNL total estimada para os dois meses subsequentes.

11.2 As quantidades apontadas na alínea “a” da do item 11.1.1 acima serão vinculantes, ao passo de que as da alínea “b” serão meramente informativas.

11.3 Na previsão de retirada de GNL referida em 11.1 acima, a GdP informará claramente à NFE o (s) DIA(S) das eventuais PARADAS PROGRAMADAS, para os referidos 3 (três) meses.

11.4 Eventuais interrupções, acréscimos ou reduções significativas de consumo por parte da GdP, por qualquer razão, decorrentes ou não de PARADAS PROGRAMADAS, deverão ser comunicadas por escrito à NFE, especificando a previsão de duração de tais ocorrências.

11.5 A GdP poderá indicar quantidades acima de 110% (cento e dez por cento) do QDC e/ou do QCA (cada um, um “EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO”). Em todos os casos, a NFE deverá envidar seus esforços comercialmente razoáveis para cumprir com tal EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO e, assim que razoavelmente possível, notificar a GdP informando se pretende disponibilizar o EXCEDENTE DE NOMEAÇÃO total ou parcialmente.

CLÁUSULA 12ª - QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC) E QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC)

12.1 A QMC e a QDC serão os volumes de GNL equivalente em metros cúbicos, calculados pela soma das QMCs e QDCs contratadas pela GdP nos termos das informações enviadas pela GdP em cada ANEXO C quando da confirmação pela NFE nos termos do item 3.2.1.1.

12.2 Os valores da QMC e QDC serão atualizados conforme o envio dos ANEXOS C, de acordo com a Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 13ª - CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (CMT)

13.1. O CMT será calculado de acordo com a QMC prevista no item 3 do ANEXO B, desconsiderado o PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTES e sua apuração se dará da seguinte forma:

13.1.1 Após o término de cada TRIMESTRE CONTRATUAL, a NFE efetuará um balanço global relativo ao TRIMESTRE imediatamente anterior, com a finalidade de determinar a diferença entre o CMT e a QUANTIDADE CORRIGIDA DO GNL efetivamente consumida pela GdP no referido TRIMESTRE.

13.1.2 Se a QUANTIDADE CORRIGIDA DE GNL efetivamente consumida pela GdP for menor do que o CMT, a NFE apresentará DOCUMENTO DE COBRANÇA relativo à diferença entre o CMT e a QUANTIDADE CORRIGIDA DE GNL efetivamente consumida pela GdP, como previsto na Cláusula 15ª.

13.1.2.1 O valor dessa diferença será resultante da aplicação das fórmulas abaixo, das quais a fórmula (1) calcula o valor do boleto e as fórmulas (2 e 3) o CMT.

$$(1) VB = (CMT - QC) \times Pv$$

$$(2) CMT = 80\% \times \frac{QMC \times (Nt - Nop - Nct)}{30}$$

onde:

VB = Valor do Boleto Bancário de Cobrança em (R\$);
CMT = CONSUMO MÍNIMO TRIMESTRAL (m³);
QC = QUANTIDADE CORRIGIDA DE GNL consumida efetivamente no ANO CONTRATUAL (m³);
Pv = Preço vigente no último DIA do TRIMESTRE CONTRATUAL (R\$/m³);
QMC = QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (m³/mês);
Nt = Número total de DIAS do ANO em referência;
Nop = Número de DIAS de PARADA PROGRAMADA.
Nct = Corresponde ao número de DIAS do PERÍODO DE COMISSIONAMENTO E TESTE.

13.2 Recuperação das quantidades pagas e não retiradas.

13.2.1 A GdP terá 12 (doze) meses para recuperação da QPNR, contados a partir do pagamento da fatura referente à QPNR.

13.2.2 A recuperação da QPNR se dará mensalmente, de forma ininterrupta ou não, desde que o volume consumido no mês seja superior a **80% (oitenta por cento) da QMC**, conforme definido nesta Cláusula, observado o limite máximo de consumo de 110% (cento e dez por cento) da QMC. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o CMT e serão creditados na(s) primeira(s) fatura(s) do TRIMESTRE subsequente.

13.3 As obrigações de CMT constante desta Cláusula 13ª não serão aplicáveis a quantidades de GNV solicitadas pela GdP nos termos deste CONTRATO, desde que tais quantidades sejam iguais ou inferiores a 15.000 (quinze mil) metros cúbicos por DIA.

CLÁUSULA 14ª – AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

14.1 As PARTES são responsáveis pela obtenção e manutenção de suas respectivas AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS para início e continuidade das operações previstas neste CONTRATO, conforme disposto na Cláusula 6ª, itens 6.1.5 e 6.2.1.

CLÁUSULA 15ª - PREÇOS E REAJUSTAMENTO

15.1 Preço do GNL (PGNL).

15.1.1 O preço do GNL (PGNL), indicado no item 4 do ANEXO B deste CONTRATO, válido na DATA BASE, indicada no item 7 do ANEXO B, entregue no LIMITE DE BATERIA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da parcela do Preço da Molécula (PM) com a parcela do Preço da Logística (PLOG), conforme fórmula abaixo.

$$PGNL = PM + PLOG$$

onde:

PGNL = Preço do GNL, à vista e sem tributos;

PM= Preço da Molécula de gás, à vista e sem tributos, em R\$/m³;

PLOG = Preço da Logística, à vista sem tributos, em R\$/m³, conforme tabela constante do ANEXO F

15.1.2 O preço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS indicados no ANEXO F deste CONTRATO, válido na DATA BASE indicada no item 7 do ANEXO B, devem ser pagos mensalmente conforme tabela de preços constante no ANEXO F, conforme o tipo da REGAS instalada em cada LOCAL DE ENTREGA.

15.2 REAJUSTE

15.2.1 O Preço da Molécula (PM), à vista sem impostos, constante no item 5 do ANEXO B será reajustado MENSALMENTE de acordo com a seguinte fórmula

$$PM_r = (115\% \times \text{Henry Hub} + \text{Parcela Fixa})$$

Onde:

PM_r = Preço da Molécula Reajustado em Reais.

Henry Hub = Valor médio do gás natural do Henry Hub “*Natural Gas Futures Contract 1 Monthly*” informado pelo U.S. Energy Information Administration (EIA), referente ao mês anterior ao mês da entrega, obtido no site do EIA pelo endereço:

<https://www.eia.gov/opendata/qb.php?category=462457&sdid=NG.RNGC1.M>

Parcela Fixa = será de seis dólares (US\$6,00) por MMBtu de GÁS. A Parcela Fixa aumentará de acordo com a taxa de aumento do CPI (Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos) a cada ano

15.2.2 O PMr será calculado em US\$ e será faturado em R\$, convertido de acordo com a taxa de câmbio e a fórmula prevista abaixo:

$$PMC = \frac{(PMr \times Taxa \text{ de Câmbio})}{26,81}$$

PMC = Preço da Molécula Convertido;

Taxa de Câmbio = significa a taxa de câmbio entre US\$ e R\$. A taxa aplicada significa a média das taxas de câmbio comerciais diárias do dólar (US\$) publicada pelo Sistema Gerenciador de Séries Temporais - SGS do Banco Central do Brasil, código de série 001, com quatro casas decimais, referente ao MÊS anterior da entrega.

15.2.3 O Preço da Logística (PLOG), à vista sem impostos, constante no conforme tabela constante do ANEXO F por LOCAL DE ENTREGA, será reajustado nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PLOGr = PLOGi \times \left(0,60 \times \frac{IPCAr}{IPCAi} + 0,40 \times \frac{ODr}{ODi} \right)$$

Onde:

PLOGr = Preço da Logística reajustado

PLOGi = Preço da Logística a ser reajustado

IPCAr = é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste, obtido no site do IBGE:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>

IPCAi = é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, considerado na elaboração de proposta igual a 5622,340, referente a janeiro de 2021.

ODr = É o preço médio do Óleo Diesel S10, indicado pela NFE, referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste, obtido no endereço da ANP:

http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Estado.asp

ODi = É o preço médio do Diesel, indicado pela NFE, considerado na apresentação da proposta, igual a 3,798, referente ao mês de janeiro de 2021, para o estado do Pará.

15.2.4 O preço de locação dos EQUIPAMENTOS e dos serviços de assistência técnica, conforme definidos pelo CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, à vista e sem impostos, estabelecido no ANEXO F do presente CONTRATO, será reajustado anualmente conforme a DATA BASE indicada no item 7 do ANEXO B com base na variação positiva de 100% do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.

CLÁUSULA 16ª - FATURAMENTO, PRAZOS E FORMA DE PAGAMENTO

16.1 Para fins de cálculo de pagamento, a NFE deverá medir as entregas usando tíquete de pesagem de balança aferida emitidos após o carregamento do GNL para transporte até a GdP e, após a entrega à GdP estar completa. Para fins de cálculo do pagamento, o fator de conversão de peso para volume deverá estar de acordo com os regulamentos da ANP.

16.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, volume de GNL entregue será medido e multiplicado pelo fator de correção, a ser calculado entre o valor medido do poder calorífico superior ("PCS") do GNL entregue, que consta no certificado de qualidade do GNL que será disponibilizado no ato da entrega da respectiva nota fiscal de entrega, determinado por meio de cromatografia, dividido por 9.400kcal/m³, o PCS de referência, de acordo com a seguinte equação:

$$QC = \frac{Qm \times PCSm}{9.400}$$

onde:

QC = Quantidade Corrigida De GNL em função da variação do PCS, para valores diferentes do valor de referência de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico);

Qm = Quantidade em m³ de GNL efetivamente entregue em cada descarga de GNL, medida pelos medidores oficiais (balança ou nível), convertida para metros cúbicos de GNL nas condições do certificado de qualidade do produto que será disponibilizado no ato da entrega;

PCSm = Poder Calorífico Superior do GNL entregue, medido através de cromatografia e constante no certificado de qualidade do produto que será disponibilizado no ato da entrega.

16.1.2 A apuração da quantidade de GNL fornecida será feita na entrega do produto pela NFE. A metodologia de cálculo, bem como das aferições e calibrações dos instrumentos de medição, deverá seguir a Portaria nº 58 do INMETRO, e a Portaria Conjunta nº 1 da ANP/INMETRO, ou regulação que as venha a substituir, conforme aplicáveis a cada uma das PARTES.

16.2 A NFE deverá entregar à GdP nota fiscal ao completar cada entrega, a qual deverá identificar a data de entrega, as quantidades de GNL entregues em tal entrega e a quantia devida pela GdP por tais quantidades de GNL entregues, onde serão adicionados e destacados os valores correspondentes aos tributos incidentes diretamente sobre aquela operação, observado o disposto na cláusula 17ª .

16.2.1. As diferenças para mais ou para menos apuradas entre o faturamento oriundo do GNL efetivamente entregue no PONTO DE ENTREGA e os volumes medidos no LIMITE DE BATERIA serão ajustados e aplicados no DOCUMENTO DE COBRANÇA no MÊS subsequente à apuração.

16.3 A GdP deverá enviar o valor total devido em Reais por transferência eletrônica de fundos, de acordo com as instruções da NFE em DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido a cada 15 (quinze) DIAS, em até 15 (quinze) DIAS contados da emissão do referido DOCUMENTO DE COBRANÇA. A GdP poderá contestar qualquer quantia faturada pela NFE somente após o pagamento integral da quantia faturada.

16.4 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à OUTRA, sobre o pagamento em atraso incidirão juros de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, tudo pro rata tempore, com arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTOS DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado. Adicionalmente, será cobrada multa de 1,00% (um inteiro por cento) sobre o valor nominal constante do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

16.5 O não pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, relativo ao GNL fornecido, após 30 (trinta) DIAS da data do vencimento, sem comprovada justificativa, concederá à NFE o direito de suspender o fornecimento do GNL, informando previamente por escrito a GdP sobre a suspensão, sem prejuízo da cobrança dos valores em atraso acrescidos dos encargos moratórios, conforme disposto no item 16.4, além das demais penalidades previstas neste CONTRATO.

16.6 Havendo controvérsia sobre a procedência ou sobre o valor de cobrança feita por qualquer PARTE e que não tenha sido resolvida amigavelmente até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE cobrada pagará as parcelas controversas e incontroversas da cobrança, se houver, e informará, no referido prazo, mediante NOTIFICAÇÃO, o montante controverso e as razões da controvérsia.

16.7 A PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá, no prazo de 15 (quinze) DIAS, enviar NOTIFICAÇÃO informando justificadamente se concorda ou não com a impugnação apresentada pela outra PARTE.

16.8 Caso a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA concorde, total ou parcialmente, com as razões de controvérsia apresentadas pela outra PARTE, deverá reapresentar o DOCUMENTO DE COBRANÇA corrigido conforme o novo valor acordado. Na hipótese de a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA não concordar com as razões apresentadas pela outra PARTE, a última poderá recorrer ao mecanismo de resolução de disputas estabelecido pela Cláusula 24ª abaixo.

16.9 Caso a PARTE que emitiu o DOCUMENTO DE COBRANÇA venha a restituir total ou parcialmente, conforme aplicável, a parcela controversa à outra PARTE nos termos do item 16.8 acima, tal valor deverá ser corrigido por juros de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês,

tudo pro rata tempore, com arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de efetivo pagamento, nos termos do item 16.7 acima e a data de sua restituição.

CLÁUSULA 17ª - TRIBUTOS

17.1 Não estão incluídos no PGNL o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS ou a Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização cobrada pela Arcon, bem como demais taxas de fiscalização cobradas por órgãos e/ou agências federais, estaduais e/ou municipais.

17.2 Excetuados os tributos incidentes sobre a renda, tais como, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quaisquer tributos incidentes sobre o PGNL (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) federais, estaduais e municipais, “royalties” existentes, que venham a ser alterados ou novos, que venham a ser criados e que sejam devidos em decorrência direta do presente CONTRATO ou de sua execução deverão resultar na alteração do valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA 18ª - RESCISÃO

18.1 Qualquer das PARTES será considerada como inadimplente nas hipóteses de:

- (i) falha em efetuar qualquer pagamento, não remediada no prazo de 5 (cinco) DIAS, após NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente;
- (ii) descumprimento de obrigação estabelecida neste CONTRATO, distinta daquela mencionada na alínea (i) não sanado dentro de 60 (sessenta) DIAS após a NOTIFICAÇÃO de tal falha à PARTE INADIMPLENTE;
- (iii) falência, recuperação judicial ou insolvência.

18.2 Caso a GdP não sane o inadimplemento, no prazo estabelecido no item 18.1. (i), a NFE executará de imediato, total ou parcialmente, a GARANTIA DA GDP.

18.3 Na hipótese de a garantia ser executada, a GdP deverá, no prazo de 10 (dez) DIAS, contados da execução, recompor ou apresentar nova GARANTIA DA GDP.

18.4 Caso a GdP não institua ou não renove a GARANTIA DA GDP, conforme definido nesta Cláusula, estará configurado novo inadimplemento, a ensejar as consequências previstas neste CONTRATO.

18.5 Em caso de inadimplemento, a PARTE adimplente poderá, a seu critério exclusivo,: (i) passado o período de cura de 90 (noventa) DIAS, rescindir o CONTRATO mediante NOTIFICAÇÃO por escrito à PARTE INADIMPLENTE, emitida com 10 (dez) DIAS de antecedência; (ii) suspender, expirado o prazo de 30 (trinta) DIAS, após os prazos previstos em 18.1, o cumprimento de suas obrigações sob o CONTRATO até que o inadimplemento seja sanado pela PARTE inadimplente de forma satisfatória para a PARTE adimplente ; (iii) reter quaisquer pagamentos devidos e compensar, na forma da LEI, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outra decisões regulatória, quaisquer pagamentos devidos por uma PARTE inadimplente contra quaisquer pagamentos devidos por uma PARTE adimplente.

18.6 O presente CONTRATO também poderá ser rescindido nos seguintes casos: (i) em caso de CASO FORTUITO OU CASO MAIOR que se estenda por mais de 180 (cento e oitenta) DIAS; (ii) pela GdP, caso a NFE seja obrigada, nos termos do item 7.8, a realizar pagamentos à GdP por deixar de disponibilizar o GNL por mais de 90 (noventa) DIAS em um período de um ANO CONTRATUAL, (iii) pela NFE, caso a QDC do CONTRATO não seja, ao menos, 200.000m³ (duzentos mil metros cúbicos) até 31 de dezembro de 2022.

18.6.1 Em caso da rescisão prevista na alínea “iii” do item 18.6 acima, a NFE estará obrigada a cumprir o FORNECIMENTO COMERCIAL, até ao final dos prazos previstos nos Anexos C que a NFE já tenha aceitado na forma do item 3.2.

18.7 Caso a NFE venha a rescindir este CONTRATO nos termos do item 18.5 acima, a GdP deverá pagar à NFE o montante de 20% (vinte por cento) da CMT, relativo ao prazo de vigência remanescente do CONTRATO; considerando a QDC multiplicada pela soma entre a PM e 60% (sessenta por cento) do PLOG vigentes na data da rescisão.

18.7.1 Em qualquer hipótese, o valor máximo da indenização a ser paga pela GdP à NFE nos termos do item 18.7 acima, não será superior à 20% (vinte por cento) do Valor Estimado do Contrato, conforme item 9 do ANEXO B.

18.7.2 A multa objeto do item 18.7 acima não será aplicável nas seguintes hipóteses: (i) o CONTRATO seja rescindido nos termos do item 18.6(iii); (ii) o CONTRATO seja rescindido antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO; ou (iii) o CONTRATO seja rescindido em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que se prolongue por mais de 180 (cento e oitenta) DIAS.

18.8 Nenhuma PARTE será responsável perante a outra PARTE, em qualquer hipótese, por quaisquer danos indiretos incorridos pela outra PARTE em virtude da execução ou inexecução de quaisquer de suas obrigações sob este CONTRATO ou dele decorrentes, incluindo sem se limitar a lucros cessantes, perda de receita ou perda de oportunidade, penalidades ou danos a USUÁRIOS, contratados ou contraparte em contratos ou quaisquer danos relacionados ou decorrentes de demandas de terceiros.

CLÁUSULA 19ª - COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

19.1 As PARTES obrigam-se a manter em sigilo qualquer informação referente à outra PARTE ou seus negócios, atividades, planejamentos, estruturas, situação econômica, jurídica e financeira e informações técnicas, que lhe tenham sido disponibilizadas pela outra PARTE, por via oral, escrita, sob forma física ou eletrônica. Referidas informações somente poderão ser utilizadas para o estrito cumprimento deste CONTRATO (“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL”).

19.2 As PARTES estão obrigadas a (i) comunicar à outra PARTE, imediatamente, o vazamento ou o mau uso de qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL de que tenha conhecimento; (ii) somente revelar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aos seus REPRESENTANTES, AFILIADAS, financiadores, consultores, contadores, árbitros, peritos e qualquer tribunal que tenham a necessidade de conhecê-las, os quais serão previamente informados da sua natureza sigilosa e deverão concordar em observar o sigilo e cumprir todos os termos e condições aqui dispostos ; e (iii) responsabilizarem-se por qualquer violação da obrigação de confidencialidade por parte de seus REPRESENTANTES e/ou de AFILIADAS.

19.3 Não serão consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aquelas que:

(a) sejam ou se tornem de domínio público, de outra forma que não a divulgação pela PARTE Receptora ou quaisquer de seus REPRESENTANTES ou de suas AFILIADAS, em violação à obrigação de sigilo;

(b) sejam comprovadamente conhecidas por meio de outra fonte, de forma legal e legítima, ou independentemente desenvolvidas, pela PARTE Receptora, sem violação de obrigação de confidencialidade, antes da divulgação pela PARTE Reveladora e/ou seus REPRESENTANTES ou de suas AFILIADAS.

19.4 Caso a PARTE Receptora venha a ser obrigada a revelar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS por força de LEI, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outras decisões regulatória, requisição do governo de órgãos públicos de controle interno ou externo, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*U.S. Securities and Exchange Commission*) e/ou a bolsa de valores da NASDAQ (*NASDAQ Stock Market*), deverá restringir a divulgação da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL estritamente ao que for solicitado pela autoridade judicial ou administrativa, preservando-a ao máximo, e desde que a PARTE Reveladora seja notificada dessa circunstância previamente à disponibilização da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, para fins de adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para evitar tal divulgação.

19.4.1 As obrigações previstas no item 19.4 acima não serão aplicáveis à INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tenham de ser divulgadas por quaisquer das PARTES para fins de observância de LEIS e normas aplicáveis a companhias abertas em quaisquer jurisdições. Nesse caso, as PARTES serão livres para divulgar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que forem necessários conforme a legislação aplicável.

19.5 As obrigações de confidencialidade ora previstas entram em vigor na presente data e subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da extinção deste CONTRATO a qualquer título.

19.6 Desde que previamente autorizado pela outra PARTE, as PARTES e suas AFILIADAS poderão utilizar o nome, logotipo ou marca registrada da PARTE que autorizou para fins promocionais.

CLÁUSULA 20ª - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

20.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com observância ao disposto no artigo 393 e seu Parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância:

- a) cuja ocorrência se deu e permaneceu fora do controle da PARTE afetada;
- b) cuja ocorrência não se deu em razão de negligência ou dolo de uma das PARTES;
- c) a PARTE afetada não tenha concorrido, direta ou indiretamente para a ocorrência do evento ou circunstância, nisto se incluindo o fato de não ser decorrente de inadimplemento de qualquer das obrigações da PARTE afetada nos termos deste CONTRATO, nem de haver a PARTE afetada deixado de cumprir com a LEI, norma, decisão, sentença, acórdão ou outra decisão regulatória, nem ainda de ato ou omissão da PARTE afetada;
- d) em relação ao qual a atuação da PARTE afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar os efeitos de sua ocorrência; e
- e) cuja ocorrência afete ou impeça o cumprimento pela PARTE afetada de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

20.2 Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão aceitos como situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, sendo que tais eventos não eximirão as PARTES de cumprirem com suas obrigações constantes do presente CONTRATO:

- a) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das PARTES;
- b) qualquer dano, quebra ou falha acidental, de qualquer EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO DA GdP, exceto se decorrente diretamente da ocorrência da situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; ou
- c) insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de qualquer PARTE.

20.3 Nenhum evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá a PARTE afetada de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à respectiva ocorrência ou que se tenham constituído antes dele, embora vençam durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.4 Atendidos os pressupostos do item 20.1, na ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES estarão dispensadas do cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade ou penalidade por atraso no cumprimento de suas obrigações ou por seu descumprimento.

20.5 A PARTE afetada que desejar invocar a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, para os fins previstos nesta Cláusula, deverá adotar as seguintes medidas:

- a) enviar NOTIFICAÇÃO, por escrito, à outra PARTE da ocorrência do evento ou condição de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR em até 5 (cinco) DIAS contados de sua ocorrência, tão logo quanto possível, fornecendo uma estimativa de sua duração e do provável impacto no desempenho de suas obrigações;
- b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando a retomar suas obrigações contratuais o mais brevemente possível;
- c) informar regularmente a outra PARTE a respeito de suas ações e de seu plano de ação de acordo com o item “b” acima;
- d) prontamente avisar a outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- e) proporcionar à outra PARTE, sempre que possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- f) respaldar todos os fatos e ações em documentação ou registro disponível;
- g) exercer de boa-fé seus direitos e contemplar devidamente os interesses da outra PARTE, em relação ao cumprimento de todas as obrigações contratuais afetadas pela ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA 21ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Toda e qualquer tolerância por qualquer das PARTES quanto ao cumprimento dos termos e condições do presente instrumento não implicará em renúncia, alteração ou novação das disposições e/ou obrigações ora pactuadas.

21.2 O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido sem a prévia anuência, manifestada por escrito, da outra PARTE, salvo em caso de cessão para AFILIADAS, hipótese na qual nenhum consentimento será exigido podendo ser realizado mediante simples comunicação informativa à outra PARTE, em até 30 (trinta) DIAS após a sua realização.

21.3 O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título.

21.4 NFE poderá dar em garantia (seja via penhor, cessão fiduciária, cessão condicionada ou outra forma) seus direitos decorrentes deste CONTRATO (incluindo créditos de qualquer natureza oriundos deste CONTRATO) a quaisquer terceiros, mediante NOTIFICAÇÃO prévia de 10 (dez) DIAS por escrito para a GdP, o qual, se assim instruído na NOTIFICAÇÃO, deverá realizar pagamentos tão somente na conta corrente que venha a ser então informada.

21.5 Na hipótese de qualquer disposição deste CONTRATO ser considerada ilegal, inválida ou inexecutável de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, tal disposição será tratada como completamente independente e, na medida do possível, este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado; as disposições remanescentes deste CONTRATO permanecerão em pleno vigor e eficazes, e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável. Além disso, no lugar de tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável, as PARTES deverão negociar de boa-fé a inclusão de uma nova disposição, tão semelhante quanto possível à disposição ilegal, inválida ou inexecutável, que reflita a real intenção das PARTES.

21.6 O presente Contrato não constitui vínculo de emprego entre as Partes, nem entre os REPRESENTANTES de uma PARTE e a outra PARTE.

21.7 As PARTES permanecerão e se reconhecem, desde já, independentes, e, por força deste CONTRATO, não ficará, de forma alguma, estabelecido ou criado vínculo empregatício, ou de responsabilidade, de uma PARTE com relação ao pessoal que a outra PARTE utilizar, direta ou indiretamente, na execução deste CONTRATO, correndo por conta exclusiva da respectiva PARTE todas as despesas com esse pessoal, sejam ou não empregados seus, inclusive pelos encargos decorrentes da legislação vigente, trabalhistas ou previdenciários, ou quaisquer outros, além de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, particularmente, mas sem se limitar, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

21.8 Todas e quaisquer notificações e comunicações nos termos deste CONTRATO deverão ser endereçadas e encaminhadas por escrito às PARTES, nos endereços abaixo indicados, ou em qualquer outro por elas informado, através de notificação específica, através de entrega pessoal, serviço de entrega especial ou carta com aviso de recebimento (AR) encaminhado pelo correio:

(i) se para NFE:

**NFE POWER DISTRIBUIDORA
DE GÁS NATURAL LTDA.**

Rua Humaitá, 275, 8º andar – Humaitá – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (021) 3993 5340

At.: Departamento Jurídico

Email: brazillegal@newfortressenergy.com

Com cópia para:

At.: Sr. Marcelo Rodrigues e Sr. Jeremy Dawson

E-mail: mrodrigues@newfortressenergy.com e

jdawson@newfortressenergy.com

(ii) se para a GdP:

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício
Quadra Corporate, Bairro Umarizal

Belém - Pará

Tel.: (91) 3224-2663

At.: Sr. Paulo A. C. Guardado

E-mail: pauloguardado@gasdopara.com.br

Com cópia para:

At.: Sr. André Macedo

E-mail: andremacedo@gasdopara.com.br

21.10 O presente CONTRATO e seus Anexos constituem o inteiro entendimento entre as PARTES em relação ao assunto aqui contemplado e prevalecerão sobre todos e quaisquer entendimentos, avenças, acordos e comunicações, orais ou escritos, travados anteriormente entre as PARTES, com relação ao respectivo objeto.

21.11 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que:

- (a) a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento no qual figurem como parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (b) a NFE e a GdP são sociedades constituídas e existentes de acordo com as LEIS brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (c) estão devidamente autorizadas a celebrar este CONTRATO e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários/contratuais necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam este CONTRATO têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) irão observar os termos de todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras, conforme aplicáveis, e necessárias para permitir o cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações e praticar todos os atos necessários para mantê-los em pleno vigor;

- (f) cumprir com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste CONTRATO, nas formas e prazos nele estabelecidos;

21.12 Para os fins do art. 113, §1º, inc. IV do Código Civil Brasileiro, as PARTES reconhecem que as disposições deste CONTRATO foram negociadas por ambas, não sendo sua redação atribuível especificamente a nenhuma delas.

CLÁUSULA 22ª - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

22.1 Cada PARTE indenizará a outra PARTE por todo e qualquer prejuízo, perda, penalidade, multa ou condenação em ações administrativas e judiciais (inclusive juros, multas, honorários advocatícios, custas judiciais e, se for o caso, correção monetária), decorrentes de danos causados a terceiros em razão de sua culpa ou dolo e que tenham sido efetivamente incorridos pela PARTE prejudicada. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, a cada PARTE deverá tomar as medidas necessárias para substituir a PARTE prejudicada no polo passivo de quaisquer demandas judiciais e/ou administrativas porventura existentes movidas por terceiros relativos a danos aos quais tenha dado causa.

22.3 A responsabilidade contratual das PARTES no tocante à indenização por dano a terceiro a que se refere o item 22.1 acima ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) do Valor Estimado do Contrato, conforme o item 9 do ANEXO B.

CLÁUSULA 23ª - ANTI CORRUPÇÃO

23.1 Em relação a este CONTRATO, cada PARTE declara que ela e seus REPRESENTANTES:

(i) cumprem e cumprirão todas as disposições da Lei nº 12.846/2013, da Lei nº 9.613/1998, da Lei nº 8.429/1992, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Federal nº 3.678/2000 e do Decreto Federal nº 5.687/06 ("LEIS ANTICORRUPÇÃO");

(ii) nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou ocultarão ou dissimularam ou dissimularão a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade;

(iii) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, agente ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às LEIS

ANTICORRUPÇÃO; e não solicitaram, aceitaram ou receberam, bem como não solicitarão, aceitarão ou receberão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, quando tal solicitação, aceitação ou recebimento constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO;

(iv) não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, bem como não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO;

(v) não utilizaram ou utilizarão agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução deste CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta Cláusula ou quando as ações de tal agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta Cláusula;

(vi) nos últimos cinco (5) anos, não foram objeto de qualquer investigação, inquérito, citação, processo ou outra ação por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL relacionada às LEIS ANTICORRUPÇÃO ou outras LEIS aplicáveis ao CONTRATO;

(vii) mantêm e continuarão mantendo controles internos adequados para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nesta Cláusula. Seus livros, registros, contas e documentos contábeis de apoio são organizados e precisos e refletem claramente com um nível adequado de detalhe e toda a documentação de apoio, o ativo e o passivo da PARTE, assegurando que não ocorram transações fora da contabilidade e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

23.2 Cada PARTE deverá responder, em até 10 (dez) DIAS, com razoável detalhamento e com suporte documental adequado, a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações constantes do item 23.1, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término deste CONTRATO.

23.3 Cada PARTE deverá defender, indenizar e isentar a outra PARTE de e contra qualquer responsabilidade relacionada a demandas, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente resultantes de qualquer violação dos compromissos e declarações contidas nesta cláusula pela outra PARTE e por REPRESENTANTES da outra PARTE em relação às transações, serviços e outras atividades cobertas pelo CONTRATO. Independentemente de outras disposições contratuais, tais obrigações permanecerão em vigor independentemente da rescisão do CONTRATO.

CLÁUSULA 24ª – FORO E DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as LEIS da República Federativa do Brasil.

24.2 Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, buscarão uma solução de consenso. Não se obtendo êxito nesse propósito, qualquer das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM, de acordo com o procedimento estabelecido abaixo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO à(s) outra(s) PARTES(s).

24.2.1 A ARBITRAGEM será conduzida pela Câmara de Comércio Internacional (“ICC”), de acordo com o seu Regulamento e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

24.2.2 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português, aplicando-se a legislação brasileira.

24.2.3 O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- a) cada PARTE nomeará 1 (um) árbitro e tais árbitros nomearão o terceiro árbitro de comum acordo;
- b) se não houver consenso sobre o terceiro árbitro, sua indicação ficará a cargo da Câmara de Comércio Internacional (“ICC”).

24.2.4 A sentença arbitral deverá atender a todos os requisitos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(s), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE.

24.2.5 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- a) assegurar a instituição da ARBITRAGEM;
- b) obter medidas cautelares de proteção de direitos, inclusive medidas liminares e a execução específica das obrigações deste CONTRATO, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido na ARBITRAGEM;
- c) executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da sentença arbitral;
- d) pleitear a nulidade da sentença arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.

24.2.6 Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, exclusivamente nos casos previstos no item 24.2.5, elas elegem como foro competente o foro da Cidade de Belém, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2.7 Se autorizado pela Lei nº 9.307/1996, as PARTES requererão confidencialidade de todos os aspectos do processo de arbitragem, com o objetivo de que nem as PARTES e nem os árbitros revelem a existência, conteúdo ou resultado da arbitragem, exceto na medida do necessário para (i) cumprir exigências das LEIS, normas, decisões, sentenças, acórdãos ou outras decisões regulatórias, (ii) obter medidas provisórias ou injunções, ou (iii) buscar a execução de qualquer ordem ou decisão emitida pelo tribunal arbitral.

24.2.8 O CONTRATO não será emendado, modificado, variado ou complementado, exceto por um instrumento assinado por ambas as PARTES, desde que as PARTES possam concordar com interpretações conjuntas relativas às disposições operacionais e técnicas do CONTRATO, se tais interpretações conjuntas forem feitas por escrito e acordadas por ambas as PARTES.

24.3 O CONTRATO, incluindo seus anexos, constitui o acordo completo entre as PARTES e substitui todos os acordos prévios, escritos ou orais, entre as PARTES relacionados com o assunto aqui tratado.

24.4 O CONTRATO pode ser executado em 2 (duas) vias idênticas, para um só efeito e todas elas constituirão apenas um e o mesmo contrato. As PARTES reconhecem e concordam que o CONTRATO poderá ser assinado eletronicamente pelas PARTES e testemunhas, através do "DocuSign" ou plataforma similar, cuja assinatura eletrônica terá os mesmos efeitos legais como se uma cópia impressa tivesse sido assinada, conforme a Lei nº 13.874/2019 e o Decreto nº 10.278/2020 e concordam em não objetar a sua validade, conteúdo, autenticidade ou integridade. As PARTES concordam que o CONTRATO poderá ser assinado à mão, eletronicamente, ou ambas as formas indistintamente, incluindo uma plataforma de assinatura eletrônica não acreditada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e sem certificado de assinatura digital, conforme o Artigo 10, § 2, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo tal assinatura aceita e admitida como válida pelas PARTES.

E assim, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam este CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Belém, 30 de julho de 2021.

**NFE POWER DISTRIBUIDORA DE
GAS NATURAL LTDA.**

JEREMY PAUL
DAWSON [REDACTED] Digitally signed by JEREMY PAUL
DAWSON [REDACTED] Date: 2021.08.03 15:01:33 -03'00'

Nome:

Função:

CELSON PEREIRA DA
SILVA [REDACTED] Digitally signed by CELSON
PEREIRA DA SILVA [REDACTED] Date: 2021.08.03 15:32:11 -03'00'

COMPRANHIA DE GÁS DO PARÁ

PAULO ALEXANDRE CARVALHO
GUARDADO [REDACTED] Assinado de forma digital por
PAULO ALEXANDRE CARVALHO
GUARDADO [REDACTED]

Nome:



Função:


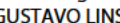
CLAUDIA BITAR DE
MORAES
BARBOSA [REDACTED] Assinado de forma digital por
CLAUDIA BITAR DE MORAES
BARBOSA [REDACTED]

Nome:
Função:

Nome:
Função:

TESTEMUNHAS

LUIZ ROBERTO ALBUQUERQUE NUNES  Assinado de forma digital por LUIZ ROBERTO ALBUQUERQUE NUNES 
Dados: 2021.08.03 15:49:13 -03'00'

ANDRE GUSTAVO LINS DE MACEDO  Assinado de forma digital por ANDRE GUSTAVO LINS DE MACEDO 

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

(Última página do CONTRATO entre NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL LTDA. e COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ)

ANEXO A – LOCAIS DE ENTREGA DO GNL

LOCAL DE ENTREGA 1 – Belém e Região Metropolitana

LOCAL DE ENTREGA 2 - Marabá

LOCAL DE ENTREGA 3 – MUNGABA

NOTA: Os endereços completos de cada local de entrega serão definidos quando do envio do Anexo C.

Este Anexo A – Será atualizado ao longo do contrato para inclusão dos endereços completos e/ou indicação de novos Locais de entrega.

ANEXO B – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

LOCAL DE ENTREGA

1.	Quantidade Diária Contratada (QDC)	será a soma das QDC definidas nos ANEXOS C
2.	Quantidade Contratual Anual (QCA)	será a soma das QCA definidas nos ANEXOS C
3.	Consumo Mínimo Trimestral (CMT)	80% da QMC
4.	Preço do GNL (PGNL) sem impostos (PIS, COFINS e ICMS).	será a soma do PM e o PLOG constante no ANEXO E
5.	Preço da Molécula (PM), sem impostos	conforme Cláusula 15ª
6.	Preço da Logística (PLOG), sem impostos	ANEXO E
7.	Data Base	Janeiro de 2021
8.	Condição de Faturamento	15 (quinze) DIAS fora a quinzena
9.	Valor Estimado do Contrato	Aprox. R\$125.000.000,00 por ano
10.	Pressão de Entrega	$P \pm p\%$
11.	Temperatura de Entrega	$T \pm t\%$

ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE NOVO LOCAL DE ENTREGA/AUMENTO QDC e QMC

<u>LOCAL DE ENTREGA e/ou USUÁRIO</u>	
<u>Endereço</u>	
<u>CONSUMO HORÁRIO NOMINAL MÁXIMO - m3/h</u>	
<u>Pressão de Entrega - kgf/cm2</u>	
<u>Temperatura de Entrega - C°</u>	
<u>Quantidade Diária Contratada (QDC) - m3</u>	
<u>Quantidade Mensal Contratada (QMC) - m3</u>	
<u>Quantidade Contratual Anual(QCA) - m3</u>	
<u>Consumo Mínimo Trimestral (CMT) - m3</u>	
<u>Período de Fornecimento</u>	

ANEXO D – REGRAS DE MEDIÇÃO E APURAÇÃO

1. A apuração do volume total de GÁS fornecido à GdP será feita aplicando-se os seguintes procedimentos, conforme o tipo de Sistema de Medição de Vazão que seja instalado, conforme Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1/2013, conforme aplicável a cada uma das PARTES:
 - i. **medidor tipo placa de orifício**: procedimentos descritos na AGA Report No. 3 (“Orifice Metering of Natural Gas and Other Related Hydrocarbon Fluids - Concentric, Square-edged Orifice Meters, Specifications and Installation Requirements”);
 - ii. **medidor tipo turbina**: procedimentos descritos no AGA Report nº.7 (“Measurement of Gas by Turbine Meters”);
 - iii. **medidor ultra-sônico**: procedimentos descritos no AGA Report nº.9 (“Measurement of Gas by Multipath Ultrasonic Meters”);
 - iv. **medidor tipo coriolis** : procedimento descritos na AGA Report nº11 (“Measurement of Natural Gas by Coriolis Meter”)
 - v. **outro tipo**: segundo previamente acordado pelas PARTES.
 - a. A GdP DEVERÁ instalar cromatógrafo conforme padrão INMETRO, em linha (que determina porcentagem dos componentes: C1 até C6+, N2 e CO2), cabendo à GdP, sem prejuízo às operações normais, disponibilizar sinal local com as informações de volume e, se for o caso, composição do GÁS, via sistema de comunicação de dados.
 - i. Alternativamente, na falha ou falta da cromatografia, poderá ser utilizado média dos valores do Certificado de qualidade do GNL ou composição determinada em laboratório externo a partir da coleta de amostra do GÁS na EMED da GdP.
 - b. Para os Sistemas de Medição mencionados neste item 1, o fator de compressibilidade deverá ser calculado conforme a AGA Report nº 8 (“Compressibility Factors of Natural Gas and Other Related Hydrocarbon Gases”);
 - c. Quando determinações experimentais, devidamente comprovadas, indicarem desvio apreciável dos valores calculados, as PARTES definirão, de comum acordo, o procedimento a ser adotado para determinação desse fator e a data a partir da qual será aplicado.
 - d. Se, no prazo de 15 (quinze) DIAS, as PARTES não obtiverem consenso sobre o procedimento a ser adotado ou sobre o início de sua aplicação, sua determinação far-se-á por PERITO.
 - e. A calibração e os ajustes ordinários do SISTEMA DE MEDIÇÃO serão feitos pela GdP na EMED ou em seus laboratórios ou de terceiros especializados, podendo a NFE designar técnico para acompanhar tais ações.

2. Caso as calibrações indiquem que o SISTEMA DE MEDIÇÃO está fora de ajuste, ou seja, fique comprovado que o mesmo se encontrava com incerteza calculada superior a 1,5%:
- i. a GdP, se for o caso, determinará tecnicamente o respectivo fator de correção para as medições apuradas no período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO tenha estado fora de ajuste, devendo ser facultado à NFE o acompanhamento dos trabalhos nesse propósito;
 - ii. o fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de calibração e ajuste, pela simulação do cálculo de vazão com os valores médios das variáveis de processo (pressão diferencial, pressão estática e temperatura de fluxo);
 - iii. concluída a tarefa precedentemente mencionada, lavrar-se-á um termo no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes;
 - iv. caso a NFE esteja de acordo com o referido termo, firmá-lo-á sem ressalvas, e o fator poderá ser de imediato empregado para os fins que objetivaram sua determinação;
 - v. caso a NFE não esteja de acordo com o referido termo, deverá notificar, de imediato, sua discordância à GdP, fundamentando os motivos de seu desacordo.
- a. Ocorrendo o previsto neste item 2, a controvérsia será decidida por PERITO cujas despesas e custos serão arcados:
- integralmente pela NFE, se o fator obtido conforme o item 2(b) situar-se no intervalo entre 0,985 e 1,015, inclusive, do que tenha sido determinado pelo PERITO;
 - integralmente pela GdP, se o fator obtido conforme o item 2(b) situar-se fora do intervalo entre 0,985 e 1,015, do que tenha sido determinado pelo PERITO.
- b. Nenhuma correção será considerada nos volumes medidos, caso a aplicação do fator de correção indique um desvio do volume de GÁS medido inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, prevalecendo, então, os volumes registrados pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO.
- c. Uma vez perfeitamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de ajuste, serão aplicadas correções de valor iguais aos desvios verificados, observado o disposto no item 2(b).
- d. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de ajuste, as correções citadas no item 2(c) serão aplicadas sobre os volumes efetivamente registrados pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO nos últimos 45 (quarenta e cinco) DIAS de consumo ou na última metade do período de tempo entre as duas últimas calibrações do SISTEMA DE MEDIÇÃO, valendo o menor período de tempo.
3. A NFE poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à GdP, solicitar calibração extra de qualquer instrumento do SISTEMA DE MEDIÇÃO — hipótese em que os correspondentes

custos serão integralmente suportados pela NFE, se o instrumento for considerado ajustado, ou pela GdP, se o instrumento for considerado fora de ajuste. conforme especificado no item 2(b).

4. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma, em ordem de preferência:
 - a. com base em medições efetuadas em outros Sistemas de Medição da GdP por diferenças, caso a partir das mesmas se possa calcular, de forma segura, a referida QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA.
 - b. MEDIÇÃO POR LEITURA DE NÍVEL —nos tanques localizados no REGAS corrigido para as CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, utilizando-se o PCS do DIA, descontadas as perdas médias históricas do sistema de REGAS;
5. Serão submetidas à análise de PERITO — com rateio em igual fração, para ambas as PARTES, das correspondentes despesas e custos de tal procedimento — todas as demais questões ou controvérsias atinentes a esta Cláusula cujas determinações relativas à sua solução não tenham sido diferentemente dispostas em itens anteriores.

ANEXO E – PLOG – PREÇO DE LOGÍSTICA

<u>LOCAL DE ENTREGA</u>	<u>PREÇO R\$/m3</u>
<u>BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA</u>	0,468
<u>MARABÁ</u>	0,663
<u>MUNGUBA</u>	0,669

**ANEXO F – CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM NFE POWER
DISTRIBUIDORA e COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ**

NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Humaitá, nº 275 – 8º andar - Bairro Humaitá, CEP 22.261-005. inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.797.102/0001-03, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente “NFE”; e

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício Quadra Corporate, Bairro Umarizal, CEP 66.055-005, Cidade de Belém e Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.454.441/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “CONTRATANTE”,

a seguir também denominadas “PARTE” ou “PARTES”, quando referidas individualmente ou em conjunto,

CONSIDERANDO QUE:

- A) a NFE é a possuidora e proprietária dos EQUIPAMENTOS para armazenagem e regaseificação de Gás Natural Liquefeito (“GNL”), a serem listados pela NFE no ANEXO B deste CONTRATO;
- B) a utilização dos referidos EQUIPAMENTOS é essencial para que a CONTRATANTE possa receber e fazer uso do GNL fornecido sob o Contrato de Compra e Venda de GNL a ser celebrado, nesta mesma data, entre a CONTRATANTE e a NFE (“CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL”); e
- C) as PARTES têm justo e acordado celebrar o presente Contrato de LOCAÇÃO de Equipamentos e Prestação de Serviços de ASSISTÊNCIA TÉCNICA (“CONTRATO”), mediante os seguintes termos e condições que mutuamente aceitam e pelos quais se obrigam.

CLÁUSULA 1ª – OBJETO; FORMA DE ATUAÇÃO/ E OPÇÃO DE COMPRA

1.1 Constitui objeto deste contrato (i) a cessão em regime de LOCAÇÃO, pela NFE à CONTRATANTE, dos EQUIPAMENTOS e sua respectiva instalação, para armazenagem e regaseificação de GNL, que compõem a REGÁS, sendo tais EQUIPAMENTOS de propriedade da NFE, bem como (ii) a prestação de serviços de operação e assistência técnica preventiva e corretiva, de forma programada, na REGÁS (“ASSISTÊNCIA TÉCNICA”).

1.1.1 Para os fins deste CONTRATO, REGÁS significa a UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO, conforme definida no CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL, formada pelo conjunto dos EQUIPAMENTOS, composto de tanque(s) criogênico(s), tubulações, válvulas, registros, vaporizadores, painéis, enfim todos os equipamentos e acessórios existentes no LOCAL DE ENTREGA, onde ocorre a transferência de propriedade do GNL, imediatamente após o flange de saída das carretas da NFE, e o LIMITE DE BATERIA.

1.1.2 Os serviços de ASSISTÊNCIA TÉCNICA a serem prestados sob este CONTRATO não incluem a manutenção da parcela da rede de distribuição e equipamentos existentes a jusante da REGÁS, observadas as especificações da Cláusula 1.1.3 abaixo.

1.1.3 Para fins deste CONTRATO, “LIMITE DE BATERIA”: é o local no qual se verifica a transferência de responsabilidade pelo GNL da NFE para a GDP. Fica definido como LIMITE DE BATERIA a flange imediatamente após a válvula de saída da REGÁS para a rede de distribuição da GDP.

1.2 Os EQUIPAMENTOS que compõem a REGÁS, cedidos em LOCAÇÃO neste CONTRATO, serão descritos pela NFE no ANEXO B.

1.2.1 O local em que os EQUIPAMENTOS e a REGÁS serão utilizados serão informados conforme modelo do ANEXO A, a ser enviado pela GdP à NFE no âmbito do procedimento estabelecido no item 3.2 do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

1.3 A NFE ainda outorga à CONTRATANTE, em caráter irrevogável e irretratável, a opção de compra dos EQUIPAMENTOS para armazenagem e regaseificação de GNL, que compõem a REGÁS, exercível pela CONTRATANTE em qualquer hipótese de término deste CONTRATO, por meio de envio de notificação pela GDP à NFE, informando sua intenção de exercer o referido direito de OPÇÃO DE COMPRA em até 30 (trinta) dias. Caso exerça a OPÇÃO DE COMPRA, a GDP deverá pagar à NFE, a título do exercício da OPÇÃO DE COMPRA, em até 15 (quinze) DIAS contados do exercício da OPÇÃO DE COMPRA, o valor justo de mercado dos EQUIPAMENTOS como valor único e final pela sua aquisição.

1.3.1 É de responsabilidade da GDP a implementação da infraestrutura civil para instalação dos EQUIPAMENTOS em cada LOCAL DE ENTREGA.

1.4 Exceto se de outra forma expressamente previsto neste CONTRATO, os termos e expressões nele utilizados, iniciados em letras maiúsculas, têm o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

CLÁUSULA 2ª - OBRIGAÇÕES DA NFE

2.1 A NFE terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

2.1.1 Entregar e instalar os EQUIPAMENTOS que compõem a REGÁS no local a ser indicado no ANEXO A enviado pela GdP nos termos deste CONTRATO, sendo certo que a contratação dos seguros correspondentes para a instalação dos equipamentos de REGÁS correrão a cargo da NFE.

2.1.2 Executar a operação e ASSISTÊNCIA TÉCNICA da REGÁS e/ou dos EQUIPAMENTOS, de forma contínua, através de pessoal autorizado e devidamente treinado, buscando sanar os defeitos porventura existentes na REGÁS e/ou EQUIPAMENTOS, bem como mantê-los operando continuamente, em perfeito estado de funcionamento à CONTRATANTE.

2.1.3. Elaborar, ao final de cada visita do(s) técnico(s) da NFE, um relatório de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, o qual descreverá e o(s) serviço(s) executado(s), a(s) peça(s) trocada(s) e/ou substituição de componentes, o horário de entrada e saída, a data e demais informações pertinentes.

2.1.4 Efetuar os reparos necessários para recolocar os EQUIPAMENTOS em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

2.1.5 A NFE deverá enviar à CONTRATANTE e manter cadastro atualizado de todos os seus REPRESENTANTES, terceiros e veículos, que terão acesso à área. As alterações de cadastro deverão ser enviadas com, no mínimo, 24 horas antes do acesso.

CLÁUSULA 3ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A CONTRATANTE terá as seguintes obrigações e responsabilidades:

3.1.1. Disponibilizar à NFE locais adequados para a instalação dos EQUIPAMENTOS, e disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o devido funcionamento da REGÁS, sem ônus de qualquer espécie à NFE, que deverão atender, cumulativamente, entre outros, os requisitos abaixo, inclusive efetuando as obras civis e investimentos necessários para que tais locais atendam os critérios especificados neste CONTRATO:

- a. Conter a iluminação necessária.
- b. Conter uma torneira de água com esguicho.
- c. Conter ponto de abastecimento de energia elétrica
- d. Conter área de terreno, com base de concreto, de acordo com as especificações fornecidas pela NFE.
- e. Conter uma cerca, com portão, em torno da área para proteção do(s) equipamentos.
- f. Sistema de combate a incêndio conforme norma vigente.

3.1.2. Permitir o acesso livre e desimpedido da NFE, seus REPRESENTANTES e terceiros por ela contratados, devidamente credenciados, ao local de execução do presente CONTRATO, a qualquer tempo, concedendo o direito de passagem e permanência de

veículos, também credenciados, pessoas e bens no IMÓVEL onde será instalada a REGÁS, para fins da execução das obrigações assumidas pela NFE neste CONTRATO.

3.1.3. Fornecer prontamente, quando solicitado pela NFE, todas as informações e/ou dados necessários, de sua responsabilidade, conforme item 3.1.1, à execução da instalação da REGÁS e ASSISTÊNCIA TÉCNICA objeto deste CONTRATO.

3.1.4. Efetuar o pagamento das faturas apresentadas no prazo e condições estabelecidos neste CONTRATO, referentes ao valor da LOCAÇÃO e da ASSISTÊNCIA TÉCNICA, com base na fórmula de reajuste especificada, e acrescido dos impostos e/ou do montante correspondente a eventual ressarcimento, apurado em procedimento que permita à CONTRATANTE o direito ao contraditório, de possíveis danos causados aos EQUIPAMENTOS, caso venham a ser deteriorados ou inutilizados total ou parcialmente, comprovadamente por seu dolo ou culpa, de seus prepostos ou de terceiros.

3.1.5. Eximir a NFE de qualquer responsabilidade ou obrigação pelo mau funcionamento ou dano causado à REGÁS e/ou EQUIPAMENTOS, provenientes exclusiva e diretamente de erro, uso indevido ou falha operacional da CONTRATANTE, devidamente comprovados, assim como por ASSISTÊNCIA TÉCNICA realizada por terceiros não autorizados pela NFE.

3.1.6 Utilizar os EQUIPAMENTOS e a REGÁS exclusivamente para fins de recebimento, armazenamento e regaseificação do GNL fornecido pela NFE à CONTRATANTE sob o CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

3.1.7. Após o fim do presente CONTRATO, caso não exercida a OPÇÃO DE COMPRA, prevista no item 1.3, permitir à NFE a retirada dos EQUIPAMENTOS, que, por qualquer motivo, deixarem de ser utilizados. A retirada deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento de aviso por escrito da NFE, sob pena de ficar constituída em mora, além de obrigar-se ao pagamento, a título de multa, de importância correspondente ao preço de 1/6 de capacidade em m³/Kg do(s) EQUIPAMENTO(S) a ser(em) devolvido(s), por dia que exceder o prazo acima, ao preço de venda vigente à época da efetiva devolução.

3.1.8 Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE a obtenção e manutenção das AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias ao cumprimento das suas obrigações sob este CONTRATO, bem como daquelas necessárias à instalação e operação dos EQUIPAMENTOS e da REGÁS, incluindo, mas não se limitando àquelas listadas abaixo, em prazo hábil que, permita a instalação da REGÁS sem impactos ao cronograma acordado para o INÍCIO DO FORNECIMENTO:

- i. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), referente à instalação mencionada na Cláusula 1.1.1, com inclusão dos EQUIPAMENTOS; e
- ii. Licença de Operação, emitida pela autoridade competente, com inclusão dos EQUIPAMENTOS, da REGÁS e da utilização do GNL regaseificado em seu processo de distribuição, e/ou para abastecimento de veículos automotivos caso o fornecimento seja para este segmento, conforme aplicável.

3.1.9. Informar por escrito à NFE conforme obtenha cada uma das AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS descritas na Cláusula 3.1.8 acima, encaminhando cópia da mesma.

3.1.10. Notificar à NFE tão logo a CONTRATANTE tenha obtido todas as AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS necessárias para instalação dos EQUIPAMENTOS e da REGÁS, informando a data a partir da qual a NFE poderá iniciar os trabalhos para instalação dos mesmos.

3.1.11 Não permitir que terceiros realizem quaisquer serviços, reparos ou substituição de peças ou EQUIPAMENTOS, sem anuência prévia por escrito da NFE. Caso um terceiro não autorizado ou a CONTRATANTE façam quaisquer obras, modificações, serviços, reparos e/ou substituições de peças nos EQUIPAMENTOS, sem anuência prévia por escrito da NFE, esta poderá substituir, corrigir e/ou reparar os EQUIPAMENTOS e fará jus à respectiva cobrança que deverá ser pago pela CONTRATANTE pela realização deste serviço.

3.1.12. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CONTRATANTE deverá:

- a. utilizar e manter em perfeitas condições de uso, asseio e segurança, a área cedida, através do presente CONTRATO;
- b. permitir que a NFE, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, substitua qualquer EQUIPAMENTO existente, objetivando melhorar a operação do sistema, sem que prejudique o funcionamento contínuo da REGÁS;
- c. não executar obras, modificações e/ou benfeitorias nos EQUIPAMENTOS sem anuência prévia por escrito da NFE.

CLÁUSULA 4ª - PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O presente CONTRATO vincula as PARTES desde a data da sua assinatura, e terá vigência por 10 (dez) anos, contados a partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO, sendo renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos (“PRAZO”).

4.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1 acima, as PARTES desde já acordam que o serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA somente será realizado após o INÍCIO DO FORNECIMENTO.

4.2. Caso qualquer das PARTES deseje não renovar ou rescindir o CONTRATO, deverá comunicar por escrito à outra PARTE em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término do período vigente.

CLÁUSULA 5ª – PREÇO, REAJUSTE E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

5.1. O preço da prestação do serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA para a REGÁS e o preço da LOCAÇÃO de EQUIPAMENTOS para cada LOCAL DE ENTREGA será conforme a especificação de cada REGAS e a tabela de preços constante no ANEXO C do presente CONTRATO, à vista e sem impostos.

5.2. O preço da LOCAÇÃO (“PLOC”) e o preço da ASSISTÊNCIA TÉCNICA (“PAT”) serão reajustados anualmente conforme fórmula a seguir:

$$\text{Preço}_n = \text{Preço}_0 \times (\text{IPCA}_n / \text{IPCA}_0)$$

Onde:

Preço_n = Preço da LOCAÇÃO ou ASSISTÊNCIA TÉCNICA Reajustado;

Preço₀ = Preço da LOCAÇÃO ou ASSISTÊNCIA TÉCNICA a ser reajustado;

IPCA_n = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste.

IPCA₀ = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, considerado na apresentação da proposta, igual a 5739,56, referente ao segundo mês anterior ao mês da data base, a qual será maio de 2021.

5.3. Prazo para faturamento e para pagamento: A NFE emitirá, em moeda corrente do País, DOCUMENTO DE COBRANÇA para o pagamento pela GdP dos valores referentes à LOCAÇÃO e ao serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, até o 5º (quinto) DIA de cada MÊS e CONTRATANTE terá o prazo de 21 (vinte e um dias) da data de emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA para efetuar o pagamento devido, mês a mês.

5.4 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por força do presente CONTRATO, sobre o pagamento em atraso incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata tempore, com arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado. Adicionalmente, será cobrada multa de 1,00% (um inteiro por cento) sobre o valor nominal constante do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

5.5 Caso a CONTRATANTE apresente, a qualquer momento, saldo devedor com a NFE, esta se reserva o direito de somente prestar o serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA mediante depósito antecipado da CONTRATANTE ou quando tal saldo estiver devidamente quitado.

5.6 Qualquer das PARTES poderá contestar qualquer quantia faturada pela outra PARTE somente após o pagamento integral da quantia faturada. Caso o valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA seja considerado como incorreto posteriormente, os juros sobre a parcela controversa se acumularão desde a data de vencimento até a data de devolução a uma taxa igual a 12% ao ano *pro rata*.

5.7 Para efeitos legais, o valor deste CONTRATO será atualizado de acordo com as locações vigentes conforme valores do Anexo C deste contrato.

5.8 Qualquer alteração ou modificação que ocorrer nos EQUIPAMENTOS, por demanda da GDP, de modo a produzir diferenciação em relação às especificações inicialmente negociadas, implicará obrigatoriamente na revisão do valor fixado nesta Cláusula 5ª acima, a ser negociado entre as PARTES.

5.9 Qualquer alteração ou modificação que ocorrer nos EQUIPAMENTOS, necessária para manter o atendimento aos volumes e condições gerais de fornecimento do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL, de modo a produzir diferenciação em relação às especificações inicialmente negociadas, será obrigatoriamente realizada pela NFE, sem alteração nos custos deste CONTRATO.

CLÁUSULA 6ª – RESCISÃO

6.1 O presente CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito na hipótese de:

- a) a insolvência, a decretação de falência;
- b) atrasos no pagamento superiores à 90 (noventa) dias;
- c) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer de suas cláusulas ou condições por qualquer das PARTES, que não seja sanada em prazo de 90 (noventa) dias, contados da NOTIFICAÇÃO enviada pela PARTE inocente, informando sobre o respectivo inadimplemento;
- d) a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que impeça a execução do CONTRATO por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- e) os demais motivos previstos em LEI ou nas normas regulamentares aplicáveis; e
- f) a rescisão do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL, ressalvado o direito de exercer a Opção de Compra prevista na Cláusula 1.3.

6.1.1 Sem prejuízo de quaisquer outros direitos (inclusive aplicação de penalidades) que possua ou medidas que possa tomar com base neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a NFE terá opção de rescindir este CONTRATO em caso de encerramento do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL, mediante notificação por escrito à CONTRATANTE, observado o item 18.6.1 do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

6.1.2 A ocorrência de qualquer dos motivos previstos nas letras (a), (b) e (c) da Cláusula 6.1 acima, autoriza a PARTE inocente a rescindir este CONTRATO, respondendo a PARTE infratora pelos prejuízos que ocasionar à outra PARTE, observados os seguintes procedimentos:

- a) os fatos, ações ou omissões motivadoras da rescisão contratual serão comunicados à PARTE infratora por escrito, ao mesmo tempo em que serão solicitados os esclarecimentos e

as justificativas pertinentes, que deverão ser encaminhadas à outra PARTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

b) feitas as correções ou aceitas as justificativas apresentadas, considerar-se-á cessado o motivo da rescisão;

c) permanecendo o motivo da rescisão, poderá a PARTE inocente promover a rescisão do CONTRATO e/ou aplicar as penalidades previstas neste CONTRATO e na Lei.

6.1.2.1. No caso de rescisão, a PARTE infratora será responsável pelo pagamento das perdas e danos diretos que vierem a ser apurados, inclusive os relativos aos investimentos realizados, limitados tais valores (multa rescisória somadas às perdas e danos) à quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO.

6.1.2.2 Na hipótese de rescisão do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL, e, por consequência, de rescisão deste CONTRATO, conforme Cláusula 6.1, “f”, caso a rescisão do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL tenha sido ocasionada por inadimplemento da NFE, além da possibilidade de exercício da OPÇÃO DE COMPRA, prevista na Cláusula 1.3, também se aplicam as penalidades acima previstas, conforme aplicáveis.

6.1.3 A CONTRATANTE eximirá e manterá a NFE indene de qualquer responsabilidade ou obrigação por perdas ou danos causados a terceiros ou a seus empregados e prepostos, exclusiva e diretamente decorrentes da utilização ou uso dos EQUIPAMENTOS pelos empregados ou prepostos da CONTRATANTE, sem autorização da NFE.

6.1.4 A NFE não será obrigada a ressarcir quaisquer benfeitorias feitas no ou em razão do EQUIPAMENTO, sejam necessárias, úteis ou voluptuárias.

6.2 A PARTE que der causa à rescisão antecipada do CONTRATO deverá realizar o pagamento do valor correspondente à 20% (vinte por cento) do valor restante do CONTRATO à outra PARTE, a título de multa.

CLÁUSULA 7ª – TRIBUTOS

7.1 Não estão incluídos no PLOC e no PAT o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS ou a Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização cobrada pela Arcon, bem como demais taxas de fiscalização cobradas por órgãos e/ou agências federais, estaduais e/ou municipais.

7.2 Excetuados os tributos incidentes sobre a renda, tais como, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quaisquer tributos incidentes sobre o PLOC e no PAT (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) federais, estaduais e municipais, “royalties” existentes, que venham a ser alterados ou novos, que venham a ser criados e que sejam devidos em decorrência direta do presente CONTRATO ou de sua execução deverão resultar na alteração do valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA 8ª - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

8.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com observância ao disposto no artigo 393 e seu Parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância:

- f) cuja ocorrência se deu e permaneceu fora do controle da PARTE afetada;
- g) cuja ocorrência não se deu em razão de negligência ou dolo de uma das PARTES;
- h) a PARTE afetada não tenha concorrido, direta ou indiretamente para a ocorrência do evento ou circunstância, nisto se incluindo o fato de não ser decorrente de inadimplemento de qualquer das obrigações da PARTE afetada nos termos deste CONTRATO, nem de haver a PARTE afetada deixado de cumprir com a Lei, norma, decisão, sentença, acórdão ou outra decisão regulatória, nem ainda de ato ou omissão da PARTE afetada;
- i) em relação ao qual a atuação da PARTE afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar os efeitos de sua ocorrência; e
- j) cuja ocorrência afete ou impeça o cumprimento pela PARTE afetada de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

8.2 Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão aceitos como situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, sendo que tais eventos não eximirão as PARTES de cumprirem com suas obrigações constantes do presente CONTRATO:

- d) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das PARTES;
- e) qualquer dano, quebra ou falha acidental, de qualquer EQUIPAMENTO, INSTALAÇÃO DA CONTRATANTE, prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE afetada, exceto se decorrente diretamente da ocorrência da situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; ou
- f) insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de qualquer PARTE.

8.3 Nenhum evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá a PARTE afetada de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à respectiva ocorrência ou que se tenham constituído antes dele, embora vençam durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.4 Atendidos os pressupostos do item 20.1, na ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES estarão dispensadas do cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade ou penalidade por atraso no cumprimento de suas obrigações ou por seu descumprimento.

8.5 A PARTE afetada que desejar invocar a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, para os fins previstos nesta Cláusula, deverá adotar as seguintes medidas:

- h) enviar NOTIFICAÇÃO, por escrito, à outra PARTE da ocorrência do evento ou condição de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR em até 5 (cinco) dias contados de sua ocorrência, tão logo quanto possível, fornecendo uma estimativa de sua duração e do provável impacto no desempenho de suas obrigações;
- i) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando a retomar suas obrigações contratuais o mais brevemente possível;
- j) informar regularmente a outra PARTE a respeito de suas ações e de seu plano de ação de acordo com o item “b” acima;
- k) prontamente avisar a outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- l) proporcionar à outra PARTE, sempre que possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- m) respaldar todos os fatos e ações em documentação ou registro disponível;
- n) exercer de boa-fé seus direitos e contemplar devidamente os interesses da outra PARTE, em relação ao cumprimento de todas as obrigações contratuais afetadas pela ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA 9ª - SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Dentro dos limites da área onde está instalada a REGÁS, as PARTES se obrigam, por si, seus prepostos, empregados e contratados, a acatar e praticar as políticas, normas e procedimentos de segurança e medicina do trabalho, e preservação do Meio-Ambiente citadas nos itens seguintes:

9.1 DA SEGURANÇA

9.1.1 As PARTES obrigam-se a fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's) fornecidos aos seus respectivos empregados nas atividades pertinentes.

9.1.1.1 As PARTES obrigam-se a observar as seguintes cautelas quanto à correta utilização dos citados EPI's:

- (a) O EPI deverá ser tecnicamente adequado e eficaz, para a proteção do usuário;

(b) As PARTES terão o controle por escrito da entrega dos EPI's aos seus respectivos empregados, contendo a data e a assinatura que confirmam o recebimento, e arquivando os recibos em local apropriado;

(c) As PARTES deverão orientar e fiscalizar seus respectivos empregados quanto à correta e efetiva utilização do EPI;

(d) Todos os EPI's fornecidos pelas PARTES deverão ter os respectivos Certificados de Aprovação "C.A." emitidos pelos órgãos competentes.

9.1.1.2 As PARTES deverão cuidar para que todo e qualquer equipamento e/ou ferramenta seja inspecionado antes de sua utilização pelos seus respectivos empregados, prepostos ou contratados.

9.1.1.3 A responsabilidade pela segurança da operação de descarga do GNL, dos caminhões da NFE para os tanques de sua propriedade, é exclusivamente da NFE.

9.1.1.4 Cada PARTE fica responsável por entregar à outra um plano de emergência até 5 (cinco) dias úteis antes da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, para acidentes que possam ocorrer em suas respectivas instalações, que venham a pôr em risco pessoas ou equipamentos de cada uma delas.

9.2 DA SAÚDE

9.2.1 As PARTES comprometem-se a apresentar cópia do respectivo PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) de seus empregados, que serão executados por sua conta dentro dos parâmetros fixados em Lei, e adequados às atividades que serão desenvolvidas por seus empregados.

9.2.2. Os exames médicos em questão compreendem investigação clínica que deverá ser realizada de seis em seis meses para as atividades e operações insalubres, e, anualmente, para as demais atividades, nos termos da Lei.

9.3 DO MEIO-AMBIENTE

9.3.1 A queima ou descarte em ralos, esgotos, canaletas pluviais ou solo de quaisquer restos de tintas, vernizes, solventes, óleos, graxas ou quaisquer espécies de produtos químicos é expressamente proibida.

9.3.2 O descarte ou queima de papéis, papelões, estopas, panos, madeiras, plásticos, materiais isolantes ou qualquer matéria que não tenha mais utilidade para o respectivo usuário, deverá ser feito de acordo com as normas ambientais e o disposto na legislação aplicável vigente.

9.3.3 Veículos transportando qualquer material ou produto que possa colocar em risco o Meio-Ambiente deverão atender, na íntegra, o que prescreve a legislação aplicável vigente.

9.3.4 Fica vedado, em qualquer circunstância, o uso de materiais que contenham amianto.

9.3.5 As PARTES obrigam-se ainda a capacitar, treinar e adequar seus empregados, prepostos e contratados às atividades inerentes a este CONTRATO.

9.3.6 No caso de contaminação por vazamento e/ou emissão de GÁS, GNL ou odorante, imputável à NFE, esta se obriga a tomar as ações necessárias para restabelecer as condições anteriores do Meio-Ambiente, bem como a assumir toda a responsabilidade pelas consequências decorrentes do citado evento, ficando a GDP livre e indene de qualquer prejuízo.

9.3.7 No caso de a GDP ser responsabilizada por danos ambientais ocasionados por empregados, prepostos e contratados da NFE, esta deverá reembolsar a GDP por todos os gastos que a GDP tenha em razão de responsabilização ambiental (civil, administrativa e/ou penal), incluindo gastos com reparações, autuações e/ou ações por danos e/ou contingências ambientais geradas pela NFE, ainda que tais danos e responsabilizações sejam identificados após finalização deste CONTRATO.

9.3.8 No caso de responsabilidade concorrente das PARTES por danos ambientais, os respectivos gastos serão divididos proporcionalmente à responsabilidade de cada PARTE.

CLÁUSULA 10ª - CONFIDENCIALIDADE

10.1 As PARTES obrigam-se a manter em sigilo qualquer informação referente à outra PARTE ou seus negócios, atividades, planejamentos, estruturas, situação econômica, jurídica e financeira e informações técnicas, que lhe tenham sido disponibilizadas pela outra PARTE, via oral, escrita, sob forma física ou eletrônica. Referidas informações somente poderão ser utilizadas para o estrito cumprimento deste CONTRATO (“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL”).

10.2 As PARTES estão obrigadas a (i) comunicar à outra PARTE, imediatamente, o vazamento ou o mau uso de qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL de que tenha conhecimento, assim como (ii) envidar melhores esforços para evitar a divulgação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS por terceiros que a elas tenham tido acesso; e (iii) responsabilizarem-se por qualquer violação da obrigação de confidencialidade por parte de seus colaboradores.

10.3 Sem prejuízo da obrigação de notificar a outra PARTE sobre qualquer divulgação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, não será considerada violação à obrigação de confidencialidade se tal divulgação for feita para conhecimento de: (i) autoridade judicial, administrativa, regulatória, do mercado de capitais ou governamental na medida necessária para atender ordem legal, judicial ou administrativa ou satisfazer procedimentos de listagem,

distribuição ou oferta de valores mobiliários; (ii) empregados de consultores de uma PARTE na medida necessária para que tais indivíduos executem suas funções, desde que a outra PARTE seja devidamente garantida que tais indivíduos se comprometem com o sigilo das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS; (iii) financiadores ou investidores da NFE, sejam estes diretos ou indiretos, sêniores ou subordinados; (iv) potenciais subscritores de títulos mobiliários emitidos pela NFE; e (v) todos e quaisquer agentes do mercado de capitais, incluindo, mas não se limitando a, agentes fiduciários, bancos custodiantes, agência regulatórias e balcões de ações, visando possibilitar a abertura do capital das PARTES ou AFILIADAS.

10.4 As obrigações de confidencialidade ora previstas entram em vigor na presente data e subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da extinção deste CONTRATO a qualquer título.

CLÁUSULA 11ª - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1 As PARTES, neste ato, declaram e garantem reciprocamente que:

- (a) a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações nele previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual estas sejam parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (b) são sociedades constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (c) estão devidamente autorizadas a celebrar este CONTRATO e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam este CONTRATO têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) irão obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras, conforme aplicáveis, e necessárias para permitir o cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações; e

- (f) cumprirão com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste CONTRATO, nas formas e prazos nele estabelecidos.

CLÁUSULA 12ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Toda e qualquer tolerância por qualquer das PARTES quanto ao cumprimento dos termos e condições do presente instrumento não implicará em alteração ou novação das disposições ora pactuadas.

12.2. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido sem a prévia anuência, manifestada por escrito, da outra PARTE, salvo em caso de cessão para AFILIADAS, hipótese na qual nenhum consentimento será exigido podendo ser realizado mediante simples comunicação informativa à outra PARTE, em até 30 dias após a sua realização.

12.3. O presente CONTRATO continuará em vigor ainda que qualquer das PARTES seja objeto de incorporação, fusão ou qualquer alteração contratual ou societária, obrigando-se, desde já, a comunicar imediatamente o fato à outra, bem como dar ciência aos eventuais sucessores da existência deste CONTRATO e de suas eventuais complementações, a fim de que sejam observados os seus termos e condições.

12.4. A NFE poderá dar em garantia (seja via penhor, cessão fiduciária, cessão condicionada ou outra forma) seus direitos decorrentes deste CONTRATO (incluindo créditos de qualquer natureza oriundos deste CONTRATO) a quaisquer terceiros, mediante NOTIFICAÇÃO por escrito a CONTRATANTE, a qual, se assim instruído na NOTIFICAÇÃO, deverá realizar pagamentos tão somente na conta corrente que venha a ser então informada.

12.5. Na hipótese de qualquer disposição deste CONTRATO ser considerada ilegal, inválida ou inexecutável de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, tal disposição será tratada como completamente independente e, na medida do possível, este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado; as disposições remanescentes deste CONTRATO permanecerão em pleno vigor e eficazes, e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável. Além disto, no lugar de tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável, as PARTES deverão negociar de boa-fé a inclusão de uma nova disposição, tão semelhante quanto possível à disposição ilegal, inválida ou inexecutável, que reflita a real intenção das PARTES.

12.6. O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus eventuais sucessores.

12.7 Nenhuma das PARTES será responsável perante a outra por danos indiretos, consequentes e/ou lucros cessantes que sejam decorrentes ou que guardem alguma relação com a execução do presente CONTRATO.

12.8 Todas e quaisquer notificações e comunicações nos termos deste CONTRATO deverão ser endereçadas e encaminhadas por escrito às PARTES nos endereços abaixo

indicados, ou em qualquer outro por elas informado através de notificação específica, através de entrega pessoal, serviço de entrega especial ou carta com aviso de recebimento (AR) encaminhado pelo correio ou ainda por e-mail, desde que com confirmação de recebimento:

(i) se para NFE: **NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Humaitá, nº 275 – 8º andar - Bairro Humaitá, CEP 22.261-005.
Tel: (021) 3993 5340
At.: Departamento Jurídico
Email: brazillegal@newfortressenergy.com

Com cópia para:
At.: Marcelo Rodrigues e Jeremy Dawson
E- mail: mrodrigues@newfortressenergy.com e
jdawson@newfortressenergy.com

(ii) se para a **COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ**
CONTRATANTE: Avenida Visconde de Souza Franco, nº 05, sala 1502, Edifício Quadra Corporate, Bairro Umarizal
Belém - Pará
Tel.: (91) 3224-2663
At.: Sr. Paulo A. C. Guardado
E-mail: pauloguardado@gasdopara.com.br

Com cópia para:
At.: Sr. André Macedo
E-mail: andremacedo@gasdopara.com.br

12.9 O presente CONTRATO, incluindo os seus Considerandos e Anexos, constitui o inteiro entendimento entre as PARTES em relação ao assunto aqui contemplado e prevalecerá sobre todos e quaisquer entendimentos, avenças, acordos e comunicações, orais ou escritos, travados anteriormente entre as PARTES com relação ao objeto neste CONTRATO.

12.10 Para os fins do art. 113, §1º, inc. IV do Código Civil Brasileiro, as PARTES reconhecem que as disposições deste CONTRATO foram negociadas por ambas, não sendo sua redação atribuível especificamente a nenhuma delas.

12.11A CONTRATANTE declara ter conhecimento e expressamente reconhece que a execução deste CONTRATO está condicionada à obtenção de todas as licenças e autorizações governamentais necessárias.

12.12Fica desde já acordado que, caso ocorra algum fato que venha a acarretar desequilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, as PARTES se comprometem, desde já e de boa fé, a, sempre que possível, acordar expressamente novas condições que restabeleçam tal equilíbrio, em um prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação por qualquer das PARTES.

12.13O presente CONTRATO não constitui vínculo de emprego entre as PARTES, nem entre os representantes de uma PARTE e a outra PARTE.

12.14 As PARTES permanecerão e se reconhecem, desde já, independentes, e, por força deste CONTRATO, não ficará, de forma alguma, estabelecido ou criado vínculo empregatício, ou de responsabilidade, de uma PARTE com relação ao pessoal que a outra PARTE utilizar, direta ou indiretamente, para a prestação dos serviços ora contratados, correndo por conta exclusiva da respectiva PARTE todas as despesas com esse pessoal, sejam ou não empregados seus, inclusive pelos encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista ou previdenciária, ou quaisquer outros, além de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, particularmente, mas sem se limitar, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

CLÁUSULA 13ª - ANTICORRUPÇÃO

13.1 As PARTES declaram que cumprirão e cumprem todas as disposições relativas às LEIS ANTICORRUPÇÃO estabelecidas pelo CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

CLÁUSULA 14ª - FORO

14.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

14.2 - Quaisquer disputas oriundas deste CONTRATO deverão ser dirimidas de acordo com as regras de resolução de disputas estabelecidas pelo CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GNL.

E assim, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam este CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.